

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBIES
CAMPUS PASSO FUNDO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PRISCILA CORÁ DA SILVA

**A CONTABILIDADE ATUARIAL: ESTUDO DE CASO NA
SEGURADORA CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS S/A**

PASSO FUNDO

2014

PRISCILA CORÁ DA SILVA

**A CONTABILIDADE ATUARIAL: ESTUDO DE CASO NA
SEGURADORA CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS S/A**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Passo Fundo, campus Passo Fundo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Ms. Luis Antonio Sleimann Bertussi

PASSO FUNDO

2014

PRISCILA CORÁ DA SILVA

**A CONTABILIDADE ATUARIAL: ESTUDO DE CASO NA
SEGURADORA CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS S/A**

Trabalho de Conclusão de curso aprovado em 02 de dezembro de 2014, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis no curso de Ciências Contábeis da Universidade de Passo Fundo, campus Passo Fundo, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof. Ms. Luis Antonio Sleimann Bertussi
UPF- Orientador

Prof. Ms. Amanda Guareschi
UPF

Prof. Ms. Fabiano Lima Webber
UPF

PASSO FUNDO

2014

*À minha família,
pela dedicação e incentivo.*

AGRADECIMENTOS

Ao terminar mais essa etapa da minha vida acadêmica, tenho orgulho em relembrar todas as dificuldades e os objetivos alcançados.

Primeiro, e acima de tudo, quero agradecer aos meus pais, Luis Carlos e Alexandra, pelo apoio e estímulo na conclusão desta etapa.

Ao meu irmão Alex, pelo carinho e paciência.

Ao meu namorado Guilherme, pela cumplicidade e dedicação.

À Universidade de Passo Fundo, especialmente à Coordenação do Curso e à equipe do campus, que sempre estiveram prontos para atender as demandas e necessidades durante o tempo de graduação.

À equipe de professores que sempre esteve disposta a dar tudo de si e foi tolerante com as dificuldades de aprendizado, estando sempre disponível para auxiliar no que fosse necessário.

Um agradecimento especial deve ser feito ao Prof. Ms. Luis Antonio Sleimann Bertussi que, desde o início desta trajetória, me auxiliou a delimitar o meu estudo, me direcionando com ajustes e correções.

Enfim, a todos que me apoiaram e de alguma maneira fizeram com que esse trabalho se concretiza-se.

Muito obrigada.

RESUMO

SILVA, Priscila Corá da. **A Contabilidade atuarial: estudo de caso na Seguradora Confiança Companhia de Seguros S/A**. Passo Fundo, 2014. 70f. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Ciências Contábeis). UPF, 2014.

Este trabalho tem como objetivo geral "mostrar as causas das dificuldades financeiras e sua relação com precificação incorreta da Confiança Companhia de Seguros S/A". Metodologicamente a pesquisa se delinea como qualitativa, de cunho exploratório, configurando-se como uma pesquisa diagnóstica em relação ao seu propósito, e em função do procedimento técnico, primeiramente como pesquisa bibliográfica, após, como um estudo de caso. Os dados primários foram obtidos pela análise de demonstrações contábeis (balanço patrimonial e demonstração dos resultados do exercício) dos anos de 2010 a 2013 de uma companhia de seguros em dificuldades financeiras, obtendo-se os dados da Susep e sobre os quais procedeu-se à análise horizontal e vertical, bem como o cálculo de alguns indicadores de contabilidade atuarial. Ainda, e por fim, fez-se uma comparação do preço praticado com os preços vigentes, no que tange especificamente ao seguro de automóveis. Obteve-se, assim, como principais resultados que a organização em questão teve seu modo de precificação como a principal causa dos problemas econômico-financeiros, juntamente com os altos custos com sinistro, departamento administrativo e comercial, o que justifica o motivo da intervenção da Susep.

Palavras-chave: Seguro. Contabilidade Atuarial. Demonstrações Contábeis.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Ramo de Seguros no Brasil	21
Gráfico 2 - Indicador de liquidez geral.....	46
Gráfico 3 - Indicador de liquidez seca	46
Gráfico 4 - Indicador de solvência geral.....	47
Gráfico 5 - Indicador de endividamento	48
Gráfico 6 - Indicador de capital circulante líquido	48
Gráfico 7 - Indicador de liquidez operacional	49
Gráfico 8 - Indicador de margem bruta	50
Gráfico 9 - Indicador de sinistralidade.....	50
Gráfico 10 - Indicador de custo de comercialização.....	51
Gráfico 11 - Indicador de custo administrativo	52
Gráfico 12 - Indicador combinado ampliado	52

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - As ciências que compõem as ciências aplicadas	24
Tabela 1 - Precificação do seguro de automóvel.....	22
Tabela 2 - Comparativo de precificação.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS

a.C.- antes de Cristo

APP - acidentes pessoais a passageiros

BP -Balanço patrimonial

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

DFC - Demonstrativo de Fluxo de Caixa

DOU- Diário Oficial da União

DRE - Demonstrativo do Resultado do Exercício

IFRS - *International Financial Reporting Standards* (Norma Internacional de Contabilidade)

IRB - Instituto de Resseguro do Brasil S/A

IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica

NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade

PIBs - Produtos Internos Brutos

RCF - responsabilidade civil facultativa

R\$ - reais

SUSEP - Superintendência Dos Seguros Privados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ASSUNTO	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 SEGUROS	15
2.1.1 Conceito de Seguro	15
2.1.2 História do Seguro no Mundo.....	16
2.1.3 História do Seguro no Brasil	18
2.1.4 Elementos Essenciais	19
2.2 RAMOS DE SEGUROS	20
2.2.1 Seguro de Danos	22
2.2.1.1 <i>Automóvel</i>	22
2.2.2 Pessoas	23
2.3 CONTABILIDADE ATUARIAL	24
2.3.1 Principais Conceitos e Caracterização	24
2.3.2 Profissional Atuário	25
2.3.3 Matemática Atuarial	26
2.4 LEGISLAÇÃO	27
2.4.1 Órgãos Regulamentares	27
2.4.1.1 <i>Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)</i>	27
2.4.1.2 <i>Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)</i>	28
2.4.1.3 <i>Instituto de Resseguros do Brasil S/A (IRB)</i>	28
2.4.1.4 <i>Sociedade Seguradoras</i>	28
2.4.1.5 <i>Corretores de Seguros</i>	29
2.4.2 Normas Vigentes	30
2.4.2.1 <i>Novo Código Civil</i>	31
2.4.2.2 <i>IFRS-4 Contratos de Seguros</i>	31

2.4.2.3- NBC TG 11 - Contratos de Seguros.....	32
2.5 INDICADORES CONTÁBEIS: CONCEITUALIZAÇÕES	33
3 METODOLOGIA.....	36
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	37
3.2 VARIÁVEIS DE ESTUDO	37
3.3 UNIVERSO DA PESQUISA	39
3.4 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE COLETAS DE DADOS	39
3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	40
4 UM ESTUDO DE CASO: A CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS S/A 43	
4.1 DADOS DA ENTIDADE	43
4.2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	44
4.3 CÁLCULO DOS INDICADORES SELECIONADOS	45
4.4 COMPARATIVO DE PREÇO.....	53
4.5 RESUMO DOS PONTOS DE AVALIAÇÃO	54
5 CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS	58
ANEXOS	
Anexo A – Demonstrações Contábeis ano 2010/2011.....	60
Anexo B - Demonstrações Contábeis ano 2011/2012	61
Anexo C - Demonstrações Contábeis ano 2012/2013.....	62
Anexo D - Precificação do seguro AUTOSEG	63
Anexo E - Precificação do seguro Confiança Companhia de Seguros S/A	64
APÊNDICES	
Apêndice A - Análise horizontal e vertical do BP.....	67
Apêndice B - Análise horizontal e vertical da DRE.....	69

1 INTRODUÇÃO

As companhias seguradoras são vistas pela sociedade, de forma geral, como uma possibilidade de proteger o seu bem estar, proporcionar segurança e tranquilidade tanto às pessoas físicas como jurídicas. Acreditam estar evitando, desta forma, danos ou infortúnios que provocam desequilíbrios na sua renda familiar ou na manutenção e lucratividade de sua empresa. O seguro tem sua importância justificada exatamente pelo fato de, em situações específicas conhecidas como sinistro, minimizarem os prejuízos ocasionados.

Um estudo realizado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) no ano de 2013 demonstra que no mercado de seguros, de países desenvolvidos, a arrecadação anual de prêmios se situa próxima aos 8,3% dos Produtos Internos Brutos (PIBs). O Brasil, conta com atuais 4,0%, tem, portanto, longo espaço de crescimento (SUSEP, 2014).

Com caminho promissor, o processo de venda de uma apólice de seguro inicia-se quando as seguradoras arrecadam antecipadamente um valor pré-determinado por um software próprio, no qual está estipulado os custos para suas operações de acordo com os dados estatísticos da companhia, os chamados prêmios de seguros. Em alguns casos, no qual a garantia contratada consistir em um prêmio elevado, normalmente é feito um resseguro. Os valores arrecadados devem ser administrados e avaliados de forma coerente, pois irão garantir a cobertura dos prováveis gastos que esse contrato possa vir a ter.

É importante salientar que quando se está comprando um contrato de seguro, ele se refere a uma promessa, ou seja, o serviço pode ou não ser utilizado, o que somente será verificado no momento que ocorrer o dano. Assim sendo, muitas vezes o segurado, pessoa que adquire o seguro, percebe que foi enganado por quem o vendeu por não explicar o que o cliente estava comprando ou em função de a companhia seguradora estar passando por

dificuldades financeiras como é o caso da empresa foco desse estudo a Confiança Companhia de Seguros, do Grupo GBOEX.

Nesse contexto e nesta condição, este estudo verifica como as informações geradas pela contabilidade e a gestão econômico-financeira auxiliam na análise de uma companhia. Isso, tomando por base que ela é realizada por meio dos registros dos fatos e acontecimentos econômicos das operações de seguros registrados nas demonstrações contábeis, semestralmente. Sua divulgação é obrigatória por determinação da Susep, auxiliando, assim, para um processo mais harmonioso no qual os órgãos fiscalizadores ou pesquisadores e interessados do setor em conhecer o campo de atuação e o desenvolvimento de uma sociedade seguradora.

A atuação das companhias de seguro no Brasil é regulamentada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Susep. O primeiro, segundo Figueiredo (2012), é responsável por fixar as diretrizes e normas da Política de Seguros Privados e Capitalização, sendo sua principal atribuição fixar diretrizes e normas da política governamental para os segmentos. A Susep, por sua vez, conforme Souza (2007), atua como o órgão governamental de atuação colegiada e competência normativa responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguros, previdência privada aberta, capitalização e resseguros.

1.1 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ASSUNTO

A Confiança Companhia de Seguros é uma das mais antigas seguradoras do país, criada em 11 de janeiro de 1872, através do Decreto Imperial nº. 4.920, assinado pelo Imperador do Brasil, Dom Pedro II. Teve sua intervenção decretada na data de 30 de outubro de 2014 pela Susep; nomeando, nesta data, o Sr. Arlei Vieira Da Silva, como Diretor Fiscal, conforme publicado na portaria nº. 6.068 de 30 de outubro de 2014.

A Confiança Companhia de Seguros S/A faz parte do grupo GBOEX desde 24 de maio de 1974 e nos últimos anos vem demonstrando sinais de fragilidade econômica e financeira. Por diversos fatores que serão explicados e demonstrados no decorrer desse estudo acadêmico, com base nos dados das demonstrações financeiras dos anos de 2010 a 2013, com o auxílio dos indicadores desse segmento.

A relação desse trabalho com a área atuarial ocorre no momento de sua precificação, esta é determinada com cálculos estatísticos e realizada uma análise de alguns fatores como perfil, faixa etária, renda, modelo dentre outros, que são a principal ferramenta para a estratégia de precificação da Companhia. Assim sendo, esse estudo demonstrará algumas consequências quando se trabalha com um valor de precificação abaixo do mercado.

Tal direção será tomada em função da realização de análises dos indicadores, provenientes de demonstrativos contábeis, com posterior comparativo como o modo de precificação. Acredita-se, assim, conseguir demonstrar a situação atual da companhia e também algumas das decisões que levaram a empresa a essa situação. Diante disso se justifica o questionado desse trabalho com a seguinte questão: Quais foram as causas da dificuldade econômica e financeira apresentada pela Confiança Companhia de Seguros S/A?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo principal "mostrar as causas das dificuldades financeiras e sua relação com precificação incorreta da Confiança Companhia de Seguros S/A". Se entende como precificação incorreta quando a seguradora está trabalhando com um valor muito abaixo do mercado, e em desacordo com o estipulado pela Susep.

1.2.2 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos define-se aqueles que colocam o objeto de estudo na direção da área atuarial e análise econômica e financeira. São eles:

- a) demonstrar quais são os principais motivos dos problemas financeiros da seguradora;
- b) verificar através de análise horizontal e vertical a situação da empresa;
- c) analisar os indicadores contábeis do mercado segurador e sua relevância para os problemas financeiros da companhia;
- d) avaliar por intermédio do comparativo de precificação qual a relevância do valor estipulado para o ramo automóvel.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico tem por finalidade a apresentação de dados bibliográficos que subsidiem o entendimento do assunto, aprofundando-o na direção da resposta ao problema de pesquisa e ao atingimento dos objetivos. Assim, será apresentado desde o conceito de seguro, passando-se por um breve histórico da prestação deste serviço a nível mundial e nacional, bem como a apresentação dos elementos essenciais dos seguros e seus danos. Na sequência discorre-se sobre a Contabilidade Atuarial, conceituando-a e caracterizando-a, por fim, falando-se do profissional atuário e da matemática atuarial e a legislação e normas vigentes que amparam as ações dentro deste campo, bem como breve conceitualização de indicadores ou quocientes contábeis para a área de seguros.

2.1 SEGUROS

2.1.1 Conceito de Seguro

Para além do conceito popular de seguro, mas não o esquecendo, deve-se relacioná-lo com a sua finalidade em cada setor. Um conceito mais simples é exposto por Luccas Filho (2011). Para o autor, a própria palavra seguro traz a ideia de proteção, prevenção, previdência. Seguro é a proteção que se busca para se prevenir contra eventos aleatórios, fortuitos. De uma forma ou de outra, mesmo sem ser através de contratos, o homem sempre procurou prevenir-se em relação a acontecimentos que pudessem afetar seu patrimônio ou sua vida.

Esse conceito foi ampliado ao longo dos anos passando a ser, segundo Figueiredo (2012), um plano social que combina os riscos de muitos indivíduos dentro de um grupo. Atuariamente prevê perdas e usa os fundos das contribuições dos membros do grupo para efetuar o pagamento de indenizações, quando são devidas, nas condições e termos do contrato. Do ponto de vista jurídico na obra de Guerreiro (2002, p. 6) é estabelecido como, “a transferência do risco de uma pessoa para outra. Na visão técnica, é a divisão entre inúmeras pessoas o dano que deveriam ser suportados pelo segurado”.

No contexto em que se está inserido - milhares de automóveis nas ruas, desenvolvimento urbano exagerado, expansão vertiginosa de construções civis, dentre outros - onde convive-se com cada vez mais e maiores possibilidade de riscos, o serviço de seguro faz-se inerente e necessário. Em suma, o seguro é uma ferramenta dos consumidores para minimizarem eventuais danos.

2.1.2 História do Seguro no Mundo

O início das transações envolvendo garantia por danos é muito discutida entre os autores, a maioria deles acredita que remonta à Antiguidade. Souza (2007), aponta que, inicialmente, as transações eram feitas por comerciantes na Babilônia no século XIII a.C. Preocupados com o risco de perdas dos camelos na travessia do deserto em direção aos mercados das regiões vizinhas, eles formavam acordos nos quais quem perdesse um camelo, na travessia pelo deserto, por desaparecimento ou morte, receberia outro, pago pelos demais criadores.

Surgiram novos indícios segundo Luccas Filho(2011), em 1800 a.C. no código de Hamurabi, no qual os hebreus e fenícios também faziam acordos semelhantes para garantir a reposição das embarcações se acontecesse algum infortúnio na travessia entre os mares Egeu e Mediterrâneo. Na mesma linha de pensamento, Guerreiro (2002) acredita que houve um avanço na China Antiga entre 5000 e 2300 a.C., na qual a civilização chinesa utilizava-se do rio Amarelo como via de transporte de pessoas e mercadorias. A principal prática a fim de minorar prejuízos advindos de qualquer acidente era a distribuição de mercadorias dos vários comerciantes em várias embarcações. Desse modo, fragmentando-se as cargas, na hipótese de um naufrágio, nenhum comerciante perderia toda sua mercadoria, mas apenas frações. Essa

técnica apesar de outras formas que surgiram de minimizar prejuízos, ainda é utilizada na atualidade devido à sua eficiência.

Ainda nessa obra pode-se perceber a evolução do ramo de seguros, conforme Guerreiro (2002), quando em 1243 o Papa Gregório IX expediu decreto, conhecido na época como Contrato de Dinheiro a Risco Marítimo, como parte das proibições. Com o objetivo de burlar essa proibição de contratação nos moldes conhecidos ele passou a ter uma forma de operação denominada *Gratis et Amore*, também denominada por outros Feliz Destino. Caso houvesse um contrato de compra de embarcação e da sua carga, acrescido de uma cláusula rescisória, que seria utilizada tanto se a embarcação quanto as mercadorias chegassem ao local de destino, o navegante investe-se novamente da posse de seus bens, devendo, contudo, restituir o dinheiro obtido com a venda dos mesmos e pagando uma pesada multa em virtude da rescisão contratual efetivada. Na realidade, repetia-se a mesma operação do Contrato de Dinheiro a Risco Marítimo, somente encontrava-se mascarada, mediante nova roupagem.

Esse fato é comentado, também, por Souza (2007), quando afirma que o papa Gregório IX, baseando-se na usura, classificou o Seguro Marítimo como garantia náutica, muito comum na época, como prática abusiva e que, portanto, deveria ser proibida. Os seguros náuticos funcionavam da seguinte forma: os navegadores obtinham com os banqueiros um empréstimo em dinheiro que deveria ser devolvido, acrescido de elevados juros caso a embarcação chega-se sem sofrer danos ou perdas ao seu destino; se caso ocorresse algum acidente com o navio, o navegador ficaria de posse do empréstimo.

A evolução na forma de seguros foi seguindo-se, encontra-se em Martins (2002), que apenas no ano de 1347 foi firmado o primeiro contrato de seguro digno desse nome, como se colhe de ata lavrava no Arquivo Nacional Genovês. Registra-se que, em 1923, o rei D. Dinis, estabeleceu em Portugal uma organização seguradora, dedicada aos riscos marítimos, mas que padeceria de vícios da época. Evoluindo um pouco na história pode-se perceber que são as tragédias as grandes motivadoras das mudanças nesse seguimento. Souza (2007) esclarece que em 1667, em Londres, um incêndio destruindo cerca de 10 mil casas, igrejas e a catedral de Saint'Paul, um de seus maiores símbolos e quase acaba com a cidade. Assim, em 1684, surge na própria Londres a primeira Companhia de Seguros "Contra Incêndio" criando o primeiro seguro incêndio do mundo.

Até os idos do século XVII o comércio de seguros era praticado apenas por particulares. Foi Edward Lloyd, comerciante londrino, que, em 1662, mudou a localização de seu Café e, com o estabelecimento do Lloyd's Coffee, trouxe sua clientela composta,

principalmente, de banqueiros e financistas, fazendo surgir uma verdadeira bolsa de seguros, de navios e respectivas cargas (GUERREIRO, 2002). Pode-se notar, assim, que foi nesse século que surgiram as seguradoras como são conhecidas atualmente. O século XVII marcou o surgimento das primeiras empresas de seguro que, então, operavam em bases precárias e empíricas. Somente no século XIX é que se teria operado a completa substituição dos seguradores particulares por empresas de seguro.

Através desse breve histórico pode-se compreender o caminho percorrido pelo homem, na busca de segurança, tendo encontrado no contrato de seguro a fórmula ideal. Isto porque não se cogita de ganhos acima das perdas efetivamente ocorridas. Nem tão pouco se trata de jogo. O contrato de Seguro não visa o Lucro, na opinião de Martins (2002).

2.1.3 História do Seguro no Brasil

O primeiro fato bastante relevante no contexto de ramos de seguros no Brasil surge, segundo Figueiredo (2012), quando em 1808, foi autorizada a funcionar a primeira seguradora brasileira, denominada, Boa Fé, com sede na Bahia. Logo, em 1853, foi criada a primeira sociedade de seguros, a Interesse Público. Em 1855, surge a primeira companhia de seguros, a Tranquilidade. Martins (2002, p. 8) esclarece:

O seguro, então praticado, regia-se pelas “regulações da Casa de Seguros de Lisboa”, baixadas em 1771 e reformuladas em 1820. Das seguradoras estrangeiras autorizadas a operar no Brasil, após a Independência, a primeira teria sido a portuguesa Garantia, do Porto, cujas operações remontam a 1682.

Em um breve resumo percebe-se, segundo Figueiredo (2012), que somente com o Decreto nº. 4.270, de 10 dezembro de 1901, conhecido como o Regulamento Murtinho, criou-se a Superintendência Geral de Seguros. A execução do regulamento veio a provocar indignação e, logo em 1903, passou a ser a Inspetoria de Seguros, que continuou até 1930. Vale lembrar que em 1932 foi aprovado o novo regulamento sobre as operações com seguros. Percebe-se, ainda com as descrições do referido autor, que somente em 1939, com a criação do Instituto de Resseguro do Brasil S/A (IRB) foi realmente regulamentada a prática de seguros no Brasil. Mais tarde, para implementar essa oferta, surgem o sistema nacional de

seguros privados, o CNSP e a Susep. Atualmente, o mercado de seguros está organizado ou constituído da seguinte forma: 130 companhias de seguros, 35 empresas de previdência privada aberta, 10 empresas de capitalização, 32 mil corretores de seguros pessoas físicas e 12 mil pessoas jurídicas. No Brasil, as seguradoras caracterizam-se por operarem em vários ramos (SOUZA, 2007).

Esse foi um breve resumo de inúmeras mudanças que ocorreram até os dias de hoje, e fez com que esse setor fosse, cada vez mais, ganhando a credibilidade do público e sendo aceito pelos clientes como um bom negócio, ao mesmo tempo em que exige maiores e melhores formas de gestão, incluindo a contábil.

2.1.4 Elementos Essenciais

Para entender melhor o segmento de seguros é preciso entender o seu vocabulário específico, técnico. Os principais termos que contextualizam o setor são: segurador, segurado, beneficiário, indenização, prêmio, franquia, sinistro e risco, sobre os quais passa-se a discorrer.

Inicialmente é importante conhecer o que é o segurador. Segundo Souza (2007), é a entidade legalmente constituída para assumir e gerir os riscos especificados no contrato de seguro. É o segurador quem emite a apólice e no caso de ocorrência de sinistro e de posse do pagamento do prêmio, será o responsável por indenizar o segurado ou seus beneficiários de acordo com as coberturas contidas na apólice.

Já o conceito de segurado é definido de forma clara por Martins (2002), que caracteriza esse como uma das partes que integra um contrato de seguro, nem sempre é representado por um único contratante, pode ser uma pessoa física ou jurídica. Conforme Figueiredo (2012, p. 20), o segurado por ser um beneficiário “titular dos direitos indenizatórios que se estabelecem na apólice; pode ser o próprio segurado que consta a apólice ou alguém designado como tal”. Isso é muito comum em caso de seguro automóvel, o qual, normalmente, é feito em nome de cônjuges. Isso é importante, pois, em caso de uma eventual indenização quem receberá o valor será sempre o beneficiário. Esse tópico é bastante discutido entre os autores, para Trennepohl (2008) o beneficiário está relacionado com o

conceito de ressarcimento, e não enriquecimento da parte que contrata, afirma-se que não se podem ter dois contratos de seguro para o mesmo bem.

Indenização é o pagamento do valor contratado na apólice, se o seguro for pago de forma parcelada será descontado do montante total. Convém lembrar que a palavra prêmio no ramo de seguro tem um significado um pouco diferente do popular. Segundo Luccas Filho (2011), é o preço, isto é, o valor pago pelo segurado ao segurador para que este assumo o risco, mediante o pagamento do prêmio. Além do prêmio, em alguns casos, é necessário o pagamento de um valor determinado - franquia. Segundo Souza (2007), é o quesito principal para a definição do valor do seguro, a franquia representa a participação do segurado em um dano, sobre o qual ele é o responsável e está determinado no contrato de seguro. Para uma melhor compreensão de franquia entende-se como sinistro, segundo Luccas Filho (2011), um evento coberto pelo seguro, ou seja em caso de um sinistro em que o segurado for culpado ele deve arcar com a franquia, caso não seja ele é dispensado da mesma.

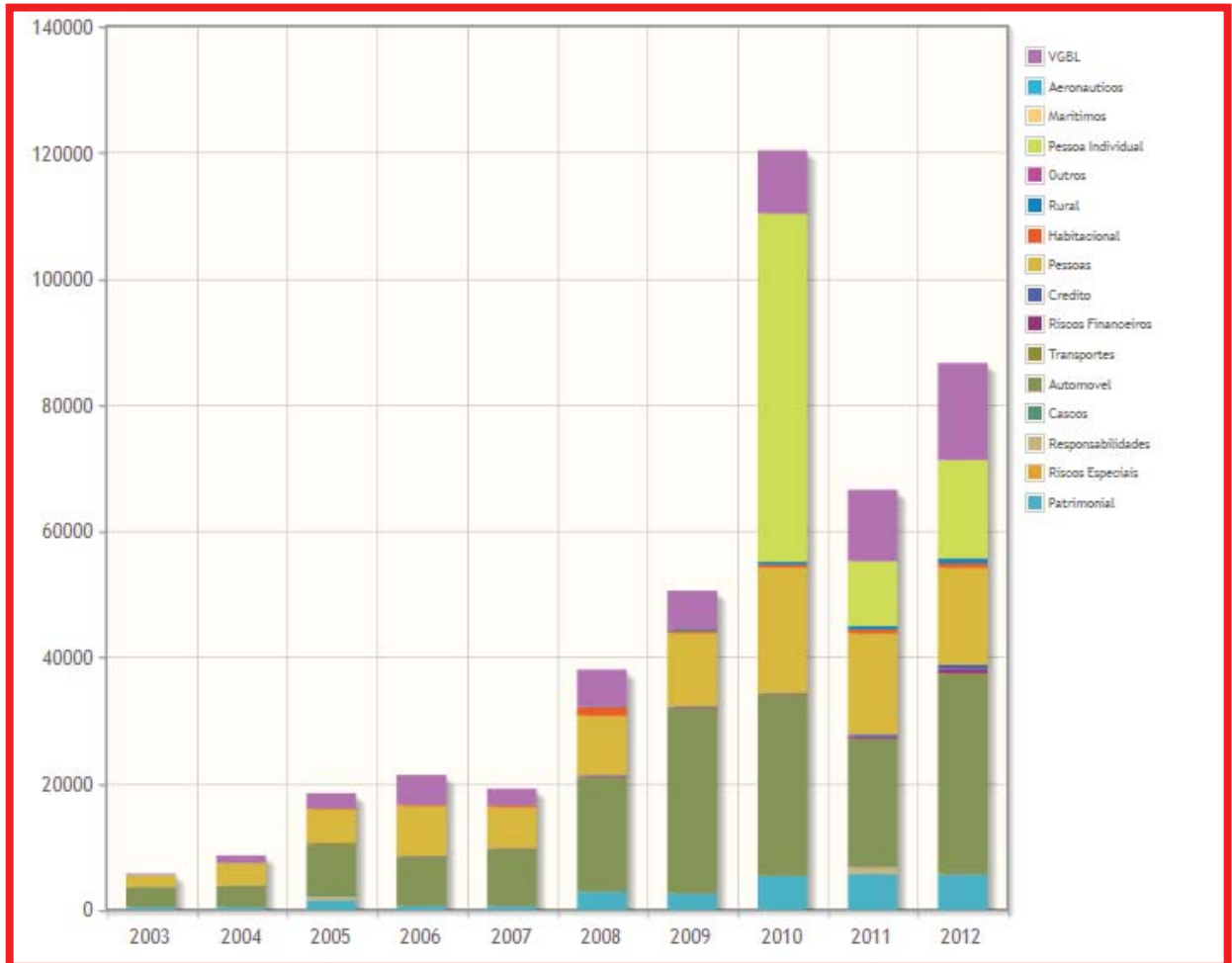
Para a seguradora o mais importante conceito é o risco, caracterizado por Figueiredo (2012), como um componente inerente do ambiente em que se vive. As pessoas são cercadas por inúmeros riscos, desde o seu nascimento até a morte. A maioria dos sobreviventes aprende a conviver com o risco e como se defender dele. É uma condição na qual as perdas são possíveis. É a principal ferramenta em que a seguradora se apoia para estipular seus custos, no entanto, para se chegar a um valor deve-se analisar diversos outros fatores, que serão exemplificados ao longo desse trabalho.

2.2 RAMOS DE SEGUROS

Com a promulgação do novo Código Civil, na Lei nº. 10.406 de 2002, por meio dos artigos 778 e 789, teve-se a classificação dos seguros em seguros de danos e seguros de pessoas, ou seja, dois diferentes ramos de seguros. De acordo com Martins (2002), o seguro de danos caracteriza-se por abranger os seguros de bens, direitos e responsabilidades, obrigações destinadas à reparação, compensação ou satisfação de um dano sofrido. Para o mesmo autor, o seguro de pessoas, por sua vez, é destinado a garantir pessoas contra os riscos a que estão expostas em sua existência, sua integridade física e sua saúde, não havendo uma reparação de dano ou indenização propriamente dita.

Esses dois grandes grupos devido a uma variedade de riscos diferentes, para melhor entendimento, são subdivididos, fazendo surgir o ramo de seguros de automóvel, vida, residencial e empresarial dentre outros. Tais classificações podem ser observadas pela análise do Gráfico 1.

Gráfico 4- Ramo de Seguros no Brasil



Fonte: Susep, 2012.

Nota-se que o seguro teve um aumento nos últimos anos principalmente no ramo automóvel, mesmo com a queda que teve em 2011, voltou a crescer no ano seguinte. Em 2010 teve-se um grande aumento também no ramo de vida, mas normalizou-se no ano seguinte.

2.2.1 Seguro de Danos

No seguro de danos está incluído os seguros de incêndio, transporte, automóvel, lucros cessantes, riscos de engenharia, responsabilidade civil geral, fidelidade, cascos, e muitos outros. Segundo o que consta no artigo 778 do Novo Código Civil “nos seguros de dano, a garantia prometida não pode ultrapassar o valor de interesse segurado no momento da conclusão do contrato, sob pena do disposto” (BRASIL, 2002, s/p); no art. 766, e “sem prejuízo da ação penal que no caso couber” (BRASIL, 2002, s/p).

2.2.1.1 Automóvel

O mais popular no Brasil é com certeza o seguro de automóvel. Segundo Souza (2007), ele tem como função cobrir perdas ou danos dos veículos terrestres de propulsão a motor e a seus reboques, desde que não trafeguem sobre trilhos. A sua precificação é feita da seguindo-se diversos fatores - atuariais; custos; estratégia interna e estratégia externa - como demonstra-se à Tabela 1.

Tabela1 - Precificação do seguro de automóvel

Fatores	Comentários
Atuariais	Tipo de carro, ano, local, entre outros
Custos	Despesas administrativas, comissões
Estratégia interna	Planejamento estratégico
Estratégia externa	Decisões dos concorrentes

Fonte: Galiza (1997, p. 7-8).

Sobre o primeiro fator - condições atuariais do produto, no segmento automóvel, são escolhidos três dos fatores mais importantes, segundo Galiza (1997), o tipo do carro segurado, o ano de sua fabricação e o local em que o veículo circula. No que se refere ao segundo fator - custos diretos e indiretos gerados na venda do produto, segundo Galiza (1997) tem-se que ter em conta, sobretudo, a parte das comissões e das despesas administrativas.

O terceiro fator - estratégia interna, segundo Galiza (1997), consiste em uma decisão estratégica da própria companhia que, assim, definiria que margem de lucro ou que determinado volume de vendas a empresa irá querer operar naquele produto. O quarto e último fator - estratégia externa, conforme Galiza (1997) pressupõe uma análise do mercado em que ela está inserida. Deste modo, seus preços sofrerão influências das condições oferecidas pelas outras seguradoras. Com a consideração desses fatores, a seguradora pode/deve definir preços mínimos a serem praticados em cada um dos tipos seguros de veículos negociados.

2.2.2 Pessoas

O ramo de pessoas é a área de seguros, segundo Figueiredo (2012), constituída pelos seguros que têm como base a duração da vida humana. Nesse ramo o pagamento da quantia estipulada no contrato depende do falecimento ou sobrevivência do segurado num momento determinado. A vida é um bem inestimável. Assim, não há um "valor a ser pago por ela", mas sim aquele valor constante na apólice. Da mesma forma, não há redação à contratação de mais de um seguro sobre o mesmo interesse, com o mesmo ou diversos seguradores (art. 789, do Novo Código Civil).

Nos dizerem de Guerreiro (2002), legalmente, segundo o art. 801 do Novo Código Civil, é aceito o seguro de pessoas conforme o quantitativo destas. Logo, o seguro de vida poderá ser: individual, quando há tão-somente um segurado; ou em grupo, quando a cobertura abrange inúmeras pessoas (grupo segurável). Nesta última hipótese, os segurados podem estar nominalmente feridos na apólice (apólice simples) ou apenas designados como um grupo (por exemplo, os funcionários de uma indústria), podendo os segurados variarem pela simples entrada ou saída dessa coletividade, caracterizando a “apólice flutuante”.

Sobre como é formado o prêmio desse ramo, Martins (2002) esclarece que é feito através da provisão matemática, sendo essa provisão, no ramo individual, constituída com diferencial positivo do prêmio puro nivelado, deduzido do prêmio puro do risco. A provisão matemática é a diferença entre os valores atuais dos compromissos do segurador para com os segurados e destes para com o segurador. Em última análise, essas provisões são o depósito gerido pelo segurador por conta dos segurados. A provisão matemática também é constituída

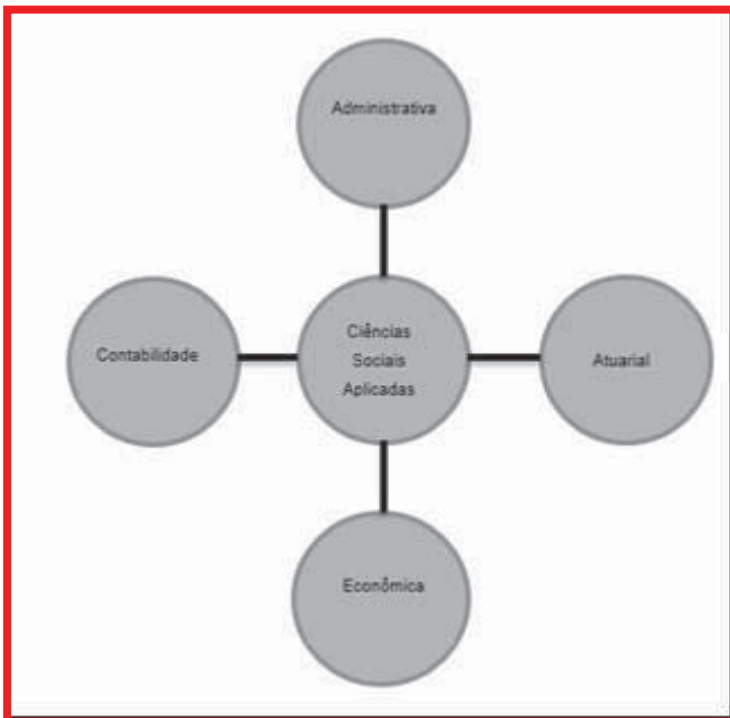
pelas entidades de previdência privada, tanto abertas como privadas. Em resumo, o ramo de pessoas é constituído não pelo dano causado à pessoa, mas sim pelas garantias contratadas em sua apólice de seguro. Para a seguradora, o valor pago pelo segurado é deduzido do valor provisionado para o pagamento dessa indenização.

2.3 CONTABILIDADE ATUARIAL

2.3.1 Principais Conceitos e Caracterização

Embora seja uma ciência antiga, ainda é pouco conhecida, a ciência atuarial faz parte, junto com a contabilidade, administração e economia, das ciências sociais aplicadas como aparece na Figura 1.

Figura 2 - As ciências que compõem as ciências aplicadas



Fonte: Siqueira (2011, p. 3).

Conforme Siqueira (2011), a ciência atuarial é o ramo das ciências que pode ser definida como a aplicação de método científico para cálculo de prêmios, reservas, dividendos e valor de seguro. Na visão de Souza (2007, p.132),

Ciências Atuariais é o ramo do conhecimento que lida com a matemática de seguro, incluindo probabilidade, usada para garantir que os riscos sejam cuidadosamente avaliados, os prêmios sejam estabelecidos adequadamente pelos classificadores de riscos e a provisão para os pagamentos futuros de benefícios seja adequada.

A partir desses conceitos pode-se perceber que essa área não envolve somente números, mas também o conhecimento de diversos ramos, para poder ser preciso nas suas decisões e adequado à situação em que for necessário.

2.3.2 Profissional Atuário

O profissional atuário, segundo Siqueira (2011), é o profissional, que a exemplo da origem histórica que lhe nomeia - o termo atuarial vem do latim *actuarius*, designação daqueles que em Roma antiga elaboravam as *actas publicas* do Senado, assim como aqueles que se dedicavam a contabilidade e a intendência da administração do Exército - mensura riscos.

Seu trabalho é mensurar e administrar riscos, baseando-se em calcular e precificar os riscos dos seguros, e analisar os dados de probabilidade. Ele é o responsável pela precificação apresentada pelas seguradoras. Todas as decisões da empresa têm seu alicerce nesses dados, desde o planejamento até a execução. O Decreto Lei nº. 806, de 4 de setembro de 1969, estabelece que o atuário é o técnico especializado em matemática superior que atua, de modo geral, no mercado econômico-financeiro, promovendo pesquisas e estabelecendo planos e políticas de investimento. Para Souza (2007, p. 132),

O atuário é considerado uma das profissões do futuro. Hoje devido a expansão dos mercados de seguros, capitalização e previdência privada e a falta de mão de obra qualificada (ainda há poucos cursos no país), a demanda por esse tipo de profissional é tão grande que as empresas buscam os atuários ainda na faculdade, já a partir do segundo e do terceiro anos da graduação.

A par destes entendimentos, o atuário é profissional responsável pela elaboração da tarifação dos prêmios de seguros, através de cálculos probabilísticos como mortalidade, invalidez e natalidade, por exemplo. Nessa direção, e em suma, é o profissional exigido para o estabelecimento da precificação de um seguro.

2.3.3 Matemática Atuarial

A matemática atuarial para a área securitária se baseia em dois principais princípios, a probabilidade e o mutualismo. Conceitualmente a probabilidade nada mais é do que uma análise de dados estatísticos, os quais, segundo Souza (1959 apud LUCCAS FILHO, 2011, p.2), são a base para prever a ocorrência de um risco. Suprime-se, assim, até certo ponto, o acaso e consegue-se estabelecer com grande aproximação a possibilidade de realização de um evento. E, ainda, antecipadamente quanto cada segurado precisa pagar para fazer frente aos eventos previstos.

O mutualismo, por sua vez, traz consigo uma extensão maior em seu significado. Como pode ser percebido nas afirmações de Guerreiro (2002), ela é a base técnica. Isso, porque compreende a cooperação de uma coletividade, mediante pequenas contribuições de cada segurado, formando, assim, um fundo comum de onde sairá o capital no caso de possível dano. Ou seja, através do mutualismo é possível dividir os prejuízos de um segurado dentre todos.

Siqueira (2011) traz à compreensão, que a união forma um mecanismo de redução de riscos e a combinação de números suficientes de unidades de exposição a riscos semelhantes, a fim de tornar as perdas individuais previsíveis e repartidas proporcionalmente por todas as unidades que foram combinadas, com o propósito de torná-las mais suportáveis economicamente. Souza (1959 apud LUCCAS FILHO, 2011), menciona que apesar de ambos os princípios serem importantes na formação da estrutura do seguro, o mutualismo é o dominante. É justificado pelo autor que a aplicação do mutualismo é que permite a repartição do risco entre um grande número de pessoas, diminuindo, desse modo, o prejuízo que a realização do risco poderia trazer.

2.4 LEGISLAÇÃO

2.4.1 Órgãos Regulamentares

O sistema de seguros privados compõe-se dos seguintes órgãos: CNSP, Susep, IRB, sociedades seguradoras e os corretores de seguros.

2.4.1.1 Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)

Historicamente, conforme Figueiredo (2012), pode-se perceber que o CNSP foi criado com o objetivo de fixar diretrizes e normas públicas de seguros privados e capitalizações, sendo sua principal atribuição, desde sua criação, fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos, como anteriormente comentado. Posteriormente, com o advento da Lei nº. 6.435/1977, suas atribuições se estenderam à previdência privada, no âmbito das entidades abertas. Vale ressaltar que em 2001 a Lei Complementar nº. 109, de 2001, revogou a Lei nº. 6.435/1977 e estabeleceu as novas regras sobre a previdência complementar.

Além das principais funções acima citadas também são atribuições do CNSP: regulamentar a constituição, a organização, funcionamento e fiscalização dos que exercem atividades subordinadas ao setor; disciplinar a corretagem de seguros e a profissão de corretor. São entidades subordinadas a esse órgão: SUSEP, IRB, Sociedades Seguradoras, Corretoras de Seguros, dentre outros.

2.4.1.2 Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

A Susep é uma entidade de autarquia, subordinada ao Ministério da Fazenda. Foi criada pelo Decreto Lei nº. 73 de 21 de novembro de 1966. Ela é responsável pela execução da política de seguros traçada pelo CNSP, sendo também o órgão responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização.

Segundo Martins (2002), é importante destacar que a Susep cobra das sociedades seguradoras, em razão do exercício do poder de polícia, a taxa de fiscalização. Não se olvide que a Susep acompanha a vida das sociedades seguradoras desde a sua formação até a extinção, estando sempre presente junto às empresas fiscalizadas, exigindo-lhes o cumprimento fiel das leis, regulamentos e estudos que as regem, orientando-as no sentido do seu exato cumprimento.

2.4.1.3 Instituto de Resseguros do Brasil S/A (IRB)

O IRB, em fase de privatização já foi o órgão oficial ressegurador nacional. No entanto, com a edição da ementa constitucional nº. 13/96, perdeu o monopólio das operações de resseguro. Consoante o art. 1º da Lei nº. 9.932/99, as funções regulatórias de fiscalização atribuídas ao IRB-Brasil Resseguros S/A pelo Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, incluindo a competência para conceder autorizações à Susep.

2.4.1.4 Sociedade Seguradoras

As sociedades seguradoras têm importância significativa na economia do estado, em razão disso são de grande interesse público. Estas acumulam significativo recursos financeiros, motivo pelo qual devem ser vigiadas pelo Estado. Segundo Silva (1999), as seguradoras são, obrigatoriamente, constituídas na forma de sociedades anônimas e sua atribuição é assumir todos os riscos contratados com os segurados. Não estão sujeitas à

falência nem poderão impetrar concordata, sendo seu regime de liquidação extrajudicial, sobre intervenção da Susep.

As sociedades seguradoras regem-se pela legislação em geral, naquilo que lhes for aplicável e, especialmente, pelo disposto no Decreto Lei nº. 73. Segundo Guerreiro (2002), as empresas de seguros, vale dizer, lidam, na prática, com a economia de milhares de segurados com a economia popular, e a captação que efetuam para formação de um fundo comum, suficiente para garantir os riscos, e têm todos os elementos de uma poupança popular, elo maior do ciclo econômico. Tais condições destacam notavelmente a função social do seguro.

2.4.1.5 Corretores de Seguros

No Brasil a venda de seguros é feita unicamente através de corretores de seguros, intermediário entre o segurado e a seguradora. A sua forma de pagamento é denominada como comissão, ou seja, os corretores de seguro recebem uma porcentagem do prêmio pago à seguradora. Martins (2002, p.98) define os corretores de seguros como “pessoa física ou jurídica, é o intermediário legalmente autorizado a organizar e promover contrato de seguros entre as seguradoras e as pessoas físicas ou jurídicas de direito privado”.

Como o corretor opera com várias seguradoras, ele deve estar sempre atualizado das novidades na área e das vantagens e desvantagens de cada tipo de seguro e empresa. Com base nas seguradoras com as quais trabalha, ele seleciona o conjunto de produtos e empresas que atendam às necessidades de seus clientes nas melhores condições possíveis. Um corretor com ética profissional não recomenda uma seguradora baseado em razões pessoais, como premiações ou remuneração mais atrativa. Já que nenhuma seguradora consegue, sozinha, oferecer sempre o melhor serviço e os melhores custos, em todos ramos de seguros, a principal vantagem do corretor está, justamente, no fato de não estar preso apenas a uma seguradora, podendo escolher entre um grande leque de empresas e planos, a melhor alternativa para seus clientes. Assim, quando determinada seguradora deixa de ser competitiva, baixa seu nível de qualidade e serviços ou pratica preços muito elevados, o corretor tem outras opções, podendo até parar de trabalhar com ela.

2.4.1.6 O Contrato de Seguro

Para entender melhor esse tópico é necessário entender primeiramente o conceito do que é um contrato. Como ato jurídico, o contrato exige, para sua validade, o prescrito no artigo 104 do Código Civil Brasileiro: “Art. 104. A validade do negócio jurídico requer: I – agente capaz; II- objeto lícito, possível, determinado ou determinável; III – forma prescrita ou não defesa em lei” (BRASIL, 2002, s/p).

Sobre as condições gerais e específicas, pode-se determinar as características de um contrato de seguro em cinco fatores principais: 1) Bilateral, 2) aleatório, 3) solene, 4) real e 5) oneroso, como vê-se à descrição de Figueiredo (2012, p.23):

Bilateral: Devido a criar obrigações recíprocas.

Aleatório: por depender de acontecimentos incertos e futuro ou de data incerta.

Solene: pois requer, para ter existência e validade, formas exteriores determinadas (remessa de apólice ao segurado ou o lançamento usual da operação).

Real: em virtude de necessitar, para sua perfeição e acabamento, da tradição do objetivo (pagamento do prêmio).

Oneroso: tanto para o segurado como para o segurador que tem que pagar o prêmio, considerando-se para o segurador as despesas que a ele estão afetas.

É importante destacar que o contrato de seguro se baseia no princípio da boa-fé, ou seja, segundo Silva (1999), é a intenção pura, isenta de jogo ou engano, com que a pessoa realiza um negócio ou executa o ato, certa de que está agindo na conformidade do direito, conscientemente, protegida pelos preceitos legais. Portanto, a boa-fé deve estar presente em qualquer contrato. No de seguros assume papel relevante, a lei brasileira determina que segurador e segurado são obrigados a guardar no contrato a mais boa-fé e veracidade, tanto a respeito do objeto como das circunstâncias e das declarações a ele concernentes.

2.4.2 Normas Vigentes

As principais normas vigentes, são as do Novo Código Civil, a *International Financial Reporting Standards* (IFRS)-4 e a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TG 11.

2.4.2.1 Novo Código Civil

O novo Código Civil brasileiro, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, publicado no Diário Oficial da União (DOU), em 11 de janeiro de 2002, deu atenção especial à atividade seguradora e ao contrato de seguros, particularmente. O capítulo XV do referido código trata exclusivamente sobre o tema "Seguro" em suas seções: (I) Disposições Gerais, (II) Do Seguro de Dano e (III) Do Seguro de Pessoas.

Na seção (I), disposições gerais, no artigo 757, trata-se do contrato de seguros, o segurador e suas responsabilidades no pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo à pessoa ou à coisa, contra risco predeterminados.

Apesar do número considerável de artigos do Novo Código Civil que cuidam da matéria, há uma extensa legislação extravagante, resultado do campo de abrangência dos seguros. Não poderia, contudo, segundo Guerreiro (2002), pois a necessidade social fez com que os seguros fossem utilizados para garantir os mais diversos interesses: dos mais tradicionais até os mais impensados, bem como de interesses relativos a bens que ainda nem existem.

2.4.2.2 IFRS-4 Contratos de Seguros

A norma NBC TG 11 é baseada na IFRS 4 que trata-se dos seguros de uma maneira internacional. Ela trata, principalmente, da maneira como devem ser apresentadas as demonstrações financeiras de modo que possa ser analisado por diversos investidores.

De acordo com a IFRS-4, para que possa ser qualificado como seguro é necessário que ambas as partes estejam de acordo, tanto o segurado como também a seguradora. Para contabilização ela estabelece que as operadoras podem modificar suas práticas, seguindo, para tanto, o princípio de que as mudanças a serem realizadas devem fazer com que as demonstrações contábeis continuem sendo relevantes e confiáveis.

Segundo Figueiredo (2012), por consequência, esta entidade se obriga a garantir, através do contrato de seguros, o interesse do segurado contra riscos predeterminados no

contrato, direito este que só pode ser honrado através do pagamento prévio do prêmio à seguradora. Pode-se observar que há uma diferença conceitual entre a definição de seguradora na lei brasileira e na IFRS-4, pois esta não restringe uma seguradora a uma entidade regulada, podendo ser qualquer entidade que emita contratos de seguros, ou que detenha contratos.

2.4.2.3 NBC TG 11 – Contratos de Seguros

A norma com sigla NBC TG 11, publicada no DOU, Seção I, de 27/01/2009, passa a ser NBC TG 11 (R1), publicada no DOU, Seção I, de 11/12/2013. O objetivo da Norma é especificar o reconhecimento contábil para contratos de seguro por parte de qualquer seguradora, em consonância com as normas internacionais de contabilidade as quais dispõem sobre em particular, a NBC TG 11 determina:

- (a) limitadas melhorias na contabilização de contratos de seguro pelas seguradoras;
- (b) divulgação que identifique e explique os valores resultantes de contratos de seguro nas demonstrações contábeis da seguradora e que ajude os usuários dessas demonstrações a compreender o valor, a tempestividade e a incerteza de fluxos de caixa futuros originados de contratos de seguro (NBC, 2013, p.2).

Essa norma delimita como devem proceder as entidades seguradoras para estar em acordo com as normas vigentes no país, desde a mensuração, estruturação e princípios para a correta apresentação dos dados. Souza (2007) conceitua proposta como a base do contrato, é um documento inicial onde consta os dados da seguradora, do segurado, e os dados do serviço contratado. A apólice é o documento oficial, ela pode ser individual ou em grupo, o que é comum em seguros de vida. Endosso é necessário quando existe a necessidade de alguma informação ser alterada, pode ser de três formas, de cobrança, quando existe a necessidade de o segurado pagar uma diferença de prêmio, de restituição, é usado quando a seguradora devolverá uma parte do prêmio pago ao segurado ou sem movimento. A averbação é quando existe a necessidade do segurado informar à seguradora sobre valor de bens e verbas a garantir.

2.5 INDICADORES CONTÁBEIS: CONCEITUALIZAÇÕES

Como na maioria das empresas, as seguradoras preparam e publicam demonstrações financeiras com o objetivo de divulgar o resultado de suas operações e sua situação financeira. Os usuários dessas informações podem ser os gerentes das seguradoras, os investidores, as autoridades reguladoras e os segurados, dentre outras partes interessadas (SILVA, 1999). Torna-se, nesse contexto, importante a análise dos dados preparados e publicados.

De acordo com Silva (1999), é nesse momento que surge a análise por quocientes, ou indicadores, que pode ser aplicada às empresas seguradoras, fazendo-se as devidas adaptações, tendo em vista que a contabilidade de seguradoras contém certas especificidades. Esses indicadores podem ser divididos nos seguintes grupos:

- a) indicadores de estrutura de capital;
- b) indicadores de liquidez;
- c) indicadores de lucratividade; e,
- d) indicadores de atividade operacional.

Sobre alguns destes indicadores - a liquidez geral, liquidez seca, solvência geral, endividamento, capital circulante líquido, liquidez operacional, margem bruta, sinistralidade, custo de comercialização, custo administrativo, índice combinado ampliado - conceitua-se a seguir:

- a) Liquidez geral

A liquidez geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, considerando tudo que ela converterá em dinheiro relacionando com tudo que já assumiu como dívida (MARION, 2009).

- b) Liquidez seca

A liquidez seca, para o ramo de seguros, conforme Silva (1999), é o indicador que provoca mais controvérsias, pois compara o que se tem em mãos com pagamento com vencimentos diferentes.

c) Solvência geral

O quociente da solvência geral é utilizado, segundo Silva (1999), para medir a capacidade total da seguradora em cumprir obrigações a curto e longo prazo. No cálculo desse é desconsiderado o ativo imobilizado diferentemente do que ocorre no indicador de liquidez geral.

d) Endividamento

O endividamento é utilizado para analisar os dados de endividamento da empresa. Para Padoveze (2009), a sua finalidade é medir a estrutura de financiamento da companhia. É um parâmetro de garantia de credores.

e) Capital circulante líquido

Capital Circulante Líquido, na visão de Silva (1999), representa os recursos próprios da seguradora, aplicados no ativo circulante.

f) Liquidez operacional

A liquidez operacional é um dos mais importantes indicadores contábeis, é definido por Silva (1999) como o índice que apura o grau de liquidez entre os subgrupos créditos operacionais com seguros e os débitos operacionais com seguros.

g) Margem bruta

A margem bruta indica qual a relação entre a receita líquida de prêmios e os custos e despesas (SILVA, 1999).

h) Sinistralidade

A sinistralidade é definida por Silva (1999) como a relação entre o sinistro retido e o prêmio ganho, medindo o nível de despesa líquida de sinistros com receita líquida de prêmio.

i) Custo de comercialização

O custo de comercialização se destina, segundo Silva (1999), a mensurar a proporcionalidade entre as despesas de comercialização e as receitas líquidas de prêmios.

j) Custo administrativo

O custo administrativo, para Silva (1999), relaciona as despesas administrativas com a receita líquida de prêmios, é o índice que espelha o nível do custo administrativo da seguradora.

k) Ampliação do índice combinado

Esse quociente é uma ampliação do índice combinado, mediante agregação do resultado financeiro aos prêmios ganhos da seguradora. Pode-se concluir, a partir deste indicador, que o resultado operacional de uma seguradora representa uma tábua de salvação para um insucesso operacional (SILVA, 1999).

3 METODOLOGIA

É destacado nesse capítulo do trabalho a caracterização da metodologia utilizada, os instrumentos utilizados para a coleta dos dados, o universo da pesquisa, os procedimentos de coleta de dados, as formas escolhidas para análise dos dados e as variáveis do estudo.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O presente trabalho, de acordo com o delineamento de pesquisa considerado por Diehl e Tatim (2004), caracteriza-se, segundo a abordagem do problema - "Quais foram as causas da dificuldade econômica e financeira apresentada pela Confiança Companhia de Seguros S/A? - como uma pesquisa quantitativa. Em função de estas causas serem apuradas a partir de análises efetuadas sobre dados das demonstrações contábeis. Segundo Beuren et al. (2012, p.92),

A abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. Esse procedimento não é tão profundo na busca do conhecimento da realidade dos fenômenos, uma vez que se preocupa com o comportamento geral dos acontecimentos.

No que concerne ao objetivo geral - "mostrar as causas das dificuldades financeiras e sua relação com precificação incorreta da Confiança Companhia de Seguros S/A", a pesquisa configura-se como exploratório, na medida em que explorou os demonstrativos contábeis da Confiança Companhia de Seguros S/A, buscando identificar a situação financeira e econômica da entidade, mais especificamente para o sub-ramo automóvel. Para Pradanov e

Freitas (2009, p. 67) “quando o pesquisador procura explicar os porquês das coisas e suas causas, por meio do registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos observados”.

No que se refere ao propósito de pesquisa, este estudo configura-se como diagnóstico. Na visão de Diehl e Tatim (2004, p.57), a pesquisa diagnóstico visa "ao diagnóstico interno ou do ambiente organizacional, em todas áreas. [...] têm como meta diagnosticar uma situação organizacional", no caso, o porque da condição financeira-econômica desfavorável por que vem passando a referida organização.

Por fim, quanto aos procedimentos técnicos, este estudo caracteriza-se, num primeiro momento, como bibliográfico - já que ocupou-se de elaborar um referencial teórico para o entendimento do tema. Para Diehl e Tatim (2004, p.58) a pesquisa bibliográfica "é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...] fonte rica e estável de dados". Num segundo momento, e após a elaboração da pesquisa bibliográfica, o procedimento técnico adotado foi o de estudo de caso. Isso, por envolver um estudo minucioso das demonstrações contábeis da Confiança Companhia de Seguros S/A, permitindo, através destes, analisar as causas das dificuldades e relacioná-las como o *modus* de precificação. Segundo Diehl e Tatim (2004, p.61), o estudo de caso "caracteriza-se pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento".

3.2 VARIÁVEIS DE ESTUDO

Ao realizar esse estudo, com as delimitações metodológicas acima descritas, identificou-se como variável geral a contabilidade atuarial aplicada ao plano de seguros. Conforme Figueiredo (2012), um plano de seguros - danos ou pessoas - precisa ser precificado de acordo com variáveis diversas, atuarialmente, prevendo-se perdas e usando dos fundos das contribuições dos membros do grupo/ou individualmente para efetuar o pagamento de indenizações, quando são devidas, nas condições e termos do contrato.

Como variáveis específicas, ou seja, que influem sobre a variável geral, estabeleceu-se os dados dos demonstrativos contábeis, quais sejam:

- a) análise vertical do Balanço Patrimonial (BP) e do Demonstrativo de Resultados do Exercício (DRE);
- b) análise horizontal do BP e do DRE;
- c) indicadores contábeis padrão para o mercado segurador.

Especificando-se cada uma das variáveis, entende-se por análise vertical, aquela realizada sobre as demonstrações contábeis como forma de facilitar a avaliação da estrutura do ativo e do passivo, bem como a participação de cada item na formação do lucro ou prejuízo. Na análise vertical o foco é verificar a participação de cada item na composição de determinada coluna, no caso do BP, verifica-se a participação de itens no ativo e no passivo, na DRE e no Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC), verifica-se a participação dos custos na formação do lucro e a participação das saídas na formação do caixa (HOJI, 2004).

A análise horizontal, por sua vez, é a análise realizada sobre as demonstrações contábeis com a finalidade de evidenciar a evolução dos itens das demonstrações contábeis por períodos, ou seja, esta análise tem por meta mostrar a evolução dos dados por períodos (HOJI, 2004).

Convém compreender, ainda, o que seja o BP e o DRE. Assim, tem-se que o BP apresenta a projeção dos ativos, passivos e patrimônio líquido da empresa a partir de informações contidas no orçamento de vendas, no orçamento de produção e na demonstração do resultado projetada. Tem como objetivos apresentar o conjunto de bens, direitos e obrigações da empresa previstos com base em informações contidas no orçamento de vendas, no orçamento de produção e na demonstração do resultado projetado. Além disso, permite verificar: a) a capacidade financeira da empresa a curto e longo prazo; b) as origens e aplicações de recursos da empresa; c) a estrutura de ativos e passivos da empresa. Assim, para Santos et al. (2008), o BP caracteriza-se por projetar os ativos e passivos da empresa provenientes das políticas de vendas, de produção, de estocagem e de pagamento e recebimento de despesas e receitas respectivamente.

A DRE, por sua vez, na visão de Santos et al. (2008), é a peça do orçamento empresarial destinada a evidenciar a formação do resultado do exercício, mediante confronto das receitas e ganhos com os custos, despesas e perdas necessários à sua obtenção em determinado período. A DRE é elaborada a partir do orçamento de venda, do orçamento de produção e do orçamento de despesas operacionais líquidas (orçamentos auxiliares). Essa demonstração permite a análise da formação do resultado econômico da empresa, isto é, o resultado previsto com base nas despesas pagas ou incorridas para a geração da receita projetada. Inclui os seguintes itens: receita bruta projetada, deduções de vendas, receita

líquida, custos dos produtos vendidos projetado, lucro bruto, as despesas com vendas projetadas, as despesas administrativas projetadas, as despesas e receitas financeiras projetadas, o resultado operacional projetado, as despesas com o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSSL), e, o resultado líquido do exercício.

Por fim, de acordo com Silva (1999), a análise por quocientes, ou indicadores contábeis - dentre estes, a liquidez geral, liquidez seca, solvência geral, endividamento, capital circulante líquido, liquidez operacional, margem bruta, sinistralidade, custo de comercialização, custo administrativo, índice combinado ampliado -, pode ser aplicada às empresas seguradoras, fazendo-se as devidas adaptações, tendo em vista que a contabilidade de seguradoras contém certas especificidade. Tais quocientes devem ser complementados com um comparativo de precificação, para comprovar as análises desenvolvidas ao longo desse estudo.

3.3 UNIVERSO DA PESQUISA

No cenário mercadológico segurador do Brasil pode-se perceber uma concentração elevada de companhias seguradoras que competem entre si por quantidade e participação no mercado, oferecendo variedade de produtos e participando de um grande potencial de crescimento na economia brasileira. O universo de pesquisa configura-se, neste estudo, nesta gama de empresas seguradoras. Na visão de Diehl e Tatim (2004, p.63, grifos do autor), "*População* ou *universo* é um conjunto de elementos passíveis de serem mensurados com respeito às variáveis que se pretende levantar".

No entanto, nesse estudo, se analisará apenas a Confiança Companhia de Seguros S/A, que aqui representa o objeto de estudo (o caso de estudo).

3.4 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE COLETAS DE DADOS

De acordo com Diehl e Tatim (2004), existem diversos instrumentos de coleta de dados primários - considerados como aqueles que são colhidos e analisados pelo pesquisador

pela primeira vez, ou seja, em primeira mão como referem os autores - e dados secundários - considerados como aqueles que já foram publicados.

Assim sendo, os dados primários para este estudo foram obtidos pela análise dos demonstrativos contábeis - BP e DRE, especialmente - da Confiança Companhia de Seguros S/A publicadas no site da Susep referente aos anos de 2010 a 2013, período que indicou o início das dificuldades financeiras da Companhia. Para a coleta de dados secundários serviram de base os materiais publicados em livros, revistas e legislação, como conta nas Referências ao final deste estudo.

3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para Diehl e Tatim (2004, p.82), nas pesquisas de um modo em geral, "existe a necessidade de organizar os dados coletados para que eles possam ser interpretados pelo pesquisador". Nas pesquisas quantitativas, como o é essa em questão, "normalmente os dados coletados são submetidos à análise estatística" (DIEHL; TATIM, 2004, p.82).

Nessa direção, os dados primários coletados a partir das demonstrações financeiras preparadas e publicadas pela seguradora em questão, foram tratados estatisticamente, sendo, alguns deles, convertidos em gráficos e tabelas que possibilitaram o entendimento das causas das dificuldades, especialmente no setor em questão - danos/automóveis.

Para tais análises - especificamente para o cálculo dos quocientes - valeu-se das seguintes fórmulas:

(1)

$$\text{Liquidez Geral} : \frac{\text{Ativo circulante} + \text{Realizavel a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

(2)

$$\text{Liquidez Seca} : \frac{\text{Ativo circulante} - \text{Desp.Comercialização} - \text{Desp.Administrativas}}{\text{Passivo Circulante}}$$

(3)

$$\text{Solvencia Geral} : \frac{\text{Ativo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

(4)

$$\text{Endividamento} : \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

(5)

$$\text{Capital Circulante Líquido} : \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$$

(6)

$$\text{Liquidez Operacional} : \frac{\text{Créditos Operacionais com Seguros}}{\text{Débitos Operacionais com Seguros}}$$

(7)

$$\text{Margem Bruta} : \frac{\text{Resultado Bruto}}{\text{Prêmio Ganho}} \times 100$$

(8)

$$\text{Sinistralidade} : \frac{\text{Sinistro Retido}}{\text{Prêmio Ganho}} \times 100$$

(9)

$$\text{Custo de Comercialização} : \frac{\text{Despesa de Comercialização}}{\text{Prêmio Ganho}} \times 100$$

(10)

$$\text{Custo Administrativo} : \frac{\text{Despesa Administrativa}}{\text{Prêmio Ganho}} \times 100$$

(11)

$$\text{Índice Combinado Ampliado} : \frac{\text{Sinistro Retido} + \text{Desp. de Comercialização} + \text{Desp. Administrativa}}{\text{Prêmio Ganho} + \text{Resultado Financeiro}}$$

Retomando-se a condução da análise de dados, infere-se que a partir do BP e do DRE, operou-se a análise vertical e horizontal (como consta nos Apêndices A e B). Após, procedeu-se ao cálculo dos indicadores, de acordo com fórmulas acima apresentadas, gerando-se gráficos e, por fim, foi realizado um comparativo com as apólices emitidas pela Confiança

nos anos de 2010 até 2013, com os dados da Susep disponibilizados em seu site, por meio de uma ferramenta chamada AutoSeg, gerando-se tabelas. Sobre esta é oportuno considerar:

O Sistema AUTOSEG, a partir da versão 5.0, permite realizar consultas on-line referentes a dados estatísticos do Seguro de Automóveis. As informações apresentadas foram obtidas a partir dos arquivos enviados semestralmente pelas companhias seguradoras, os quais incluem dados referentes a apólices vigentes e sinistros ocorridos no período de análise. O Sistema fornece informações sobre número de veículos expostos, prêmio médio, importância segurada média, número de sinistros e valor de indenizações, classificadas de acordo com categoria, modelo e ano do veículo, região, cidade ou CEP de circulação, e perfil do segurado (SUSEP, 2014, s/p).

Após este percurso metodológico, apresenta-se, no Capítulo 4, os resultados da pesquisa.

4. UM ESTUDO DE CASO: A CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS S/A

Para atingir os objetivos deste trabalho foi selecionada uma Seguradora, a fim de aplicar e avaliar o referencial teórico desenvolvido. A base para a escolha foi a representatividade da entidade dentro do contexto econômico nacional e no mercado segurador como um todo. A seguradora escolhida foi a Confiança Companhia de Seguros S/A, conforme já referido.

Neste capítulo, primeiramente, serão apresentadas as informações pertinentes à seguradora, objeto de estudo, depois os principais demonstrativos contábeis, os cálculos dos indicadores selecionados, um comparativo dos prêmios trabalhados por essa companhia com o mercado e a análise e interpretação dos resultados obtidos.

4.1 DADOS DA ENTIDADE

A Confiança Cia de Seguros S/A, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, é uma das empresas do Grupo GBOEX e atua no mercado de seguros nacional há 140 anos. Possui autorização da Susep para atuar em todos os Estados da Federação. A missão da seguradora é

Oferecer soluções que proporcionem segurança, proteção e tranquilidade, com responsabilidade, através de produtos de qualidade, com um atendimento diferenciado e competente, proporcionando a satisfação de nossos segurados, corretores, parceiros e funcionários, atuando com rentabilidade e geração de riqueza para o acionista (CONFIANÇA SEGUROS, 2014).

A Confiança atua em quatro grandes grupos de seguros: seguro automóvel, seguro patrimonial, seguro de transporte e seguro de pessoas. A principal carteira da Seguradora, abrange os ramos cascos, responsabilidade civil facultativa (RCF) e acidentes pessoais a passageiros (APP), estando focada na região sul e no estado de Minas Gerais. A Companhia oferece seguro de automóvel para clientes pessoas física e jurídica que usam o veículo de forma particular e/ou comercial. A entidade teve sua intervenção publicada pela Susep no dia 30 de outubro de 2014 através da portaria nº. 6.608, após vários termos de ajuste de conduta, sem resultado.

4.2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como pelas normas e instruções expedidas pelo CNSP e pela Susep.

As demonstrações contábeis se referem aos exercícios de 2010, 2011, 2012 e 2013 e, como já exposto no capítulo metodológico, foram obtidas no site da Susep, em 30 de outubro de 2014. Tais demonstrações constam como Anexo A – Demonstrativo Contábeis ano 2010/2011, Anexo B - Demonstrativo Contábeis ano 2011/2012 e, Anexo C - Demonstrativo Contábeis ano 2012/2013.

Na análise horizontal e vertical do BP pode-se perceber que existem alterações significativas no ativo e no passivo. Nota-se que o ativo circulante mantém-se sem grandes variações ao longo dos anos - teve um aumento nos anos de 2011 e 2012 mas voltou a cair em 2013. O valor disponível em caixa no ano de 2010 correspondia a apenas 1,12% do total do ativo, tendo uma crise maior no ano de 2012, com um valor de 0,38%. Outra variação que ocorreu no ativo foi a diminuição das provisões, no ano de 2010 totalizavam um valor de 9,08% e no ano de 2013 passou a ser 8,93%. Tais análises podem ser verificadas no Apêndice A - Análise horizontal e vertical do BP.

No ativo não circulante ocorreu uma queda, em decorrência da diminuição do grupo ativo imobilizado e do intangível, e o zeramento do grupo diferido. Pode-se perceber que as

maiores variações ocorreram nas contas de títulos a receber que passaram de 7,89% no primeiro ano e 11,81% no último ano analisado. A outra conta é dos investimentos que caíram de 15,81% para 9,96, em decorrência dos problemas que a companhia começou a enfrentar.

No passivo pode-se perceber o alto grau de representatividade da provisão para sinistros no balanço da companhia, que em 2010 representava 46,87% do passivo, na qual a conta "Danos" representava 44,40 desse total. No ano de 2013 continha 51,87% de um total de 54,41 da provisão de danos.

No patrimônio líquido, observa-se uma diminuição bastante significativa de R\$ 67.972,00 em 2010, para R\$16.894 no ano de 2013, é importante salientar que isso ocorreu pois a companhia trabalhava desde 2010 com prejuízo e a cada ano tem um aumento maior - inicialmente era de R\$ 33.936,00, no último ano analisado passou a ser de R\$ 85.588.

Na análise horizontal e vertical da DRE, percebe-se, inicialmente, que os prêmios ganhos tiveram uma queda ao longo dos anos. Esses dados podem ser verificados no Apêndice B - Análise horizontal e vertical da DRE. O maior custo da empresa em todos os anos analisados foi sempre com os sinistros, totalizando, no ano de 2010, o percentual de 81,26% do total do prêmio. Teve um aumento nas despesas administrativas e com tributos apenas ocorreu diminuição no valor das despesas operacionais, que no ano de 2010 representavam 7,12% e no ano de 2013 passou a ser 4,57%. Até o ano de 2012 a empresa trabalhava com um valor baixo de lucro, no ano de 2013 apurou um prejuízo de R\$ 17.282,00.

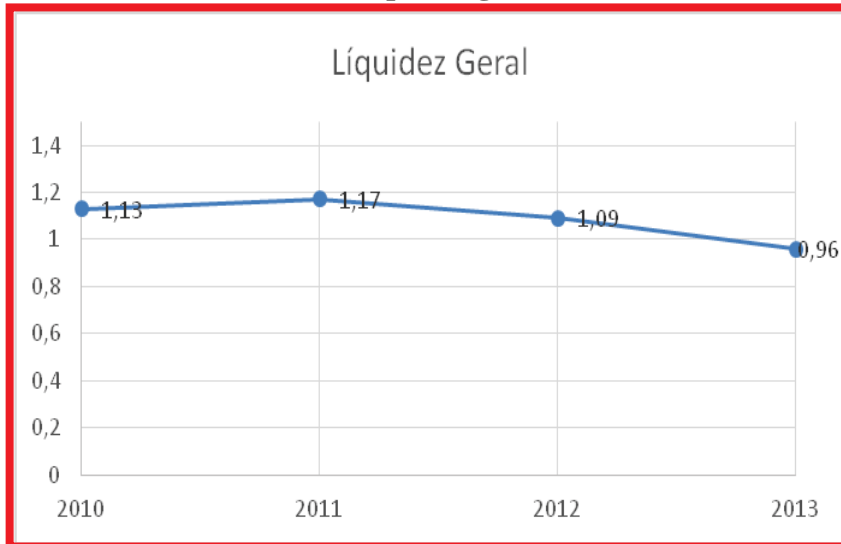
4.3 CÁLCULO DOS INDICADORES SELECIONADOS

Os índices financeiros selecionados - dentre estes, a liquidez geral, liquidez seca, solvência geral, endividamento, capital circulante líquido, liquidez operacional, margem bruta, sinistralidade, custo de comercialização, custo administrativo, índice combinado ampliado - foram calculados utilizando-se as fórmulas apresentadas no capítulo metodológico (Capítulo 3).

A partir destes cálculos, foram construídos e são apresentadas os gráficos (2 a 12), com os resultados dos indicadores e as respectivas análises no que tange à situação financeira da Confiança Companhia de Seguros S/A. O Gráfico 2 traz os dados referentes à liquidez

geral, o qual demonstra, claramente, que a Companhia além de trabalhar com um valor baixo, este sofreu uma queda ao longo dos anos. A análise do Gráfico 2 demonstra que no ano de 2013 a empresa não possuía capacidade de cumprir seus compromissos com qualquer prazo.

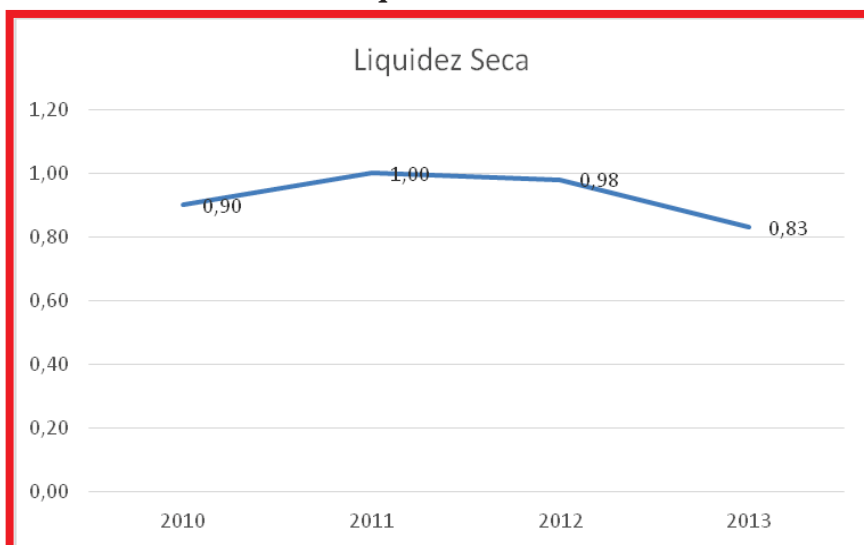
Gráfico 5 - Indicador de liquidez geral



Fonte: Dados Primários

Pela análise do Gráfico 3 observa-se os indicadores de liquidez seca. Confirmando o indicador anterior, se a empresa tivesse que quitar todas as suas dívidas não teria capital suficiente desde 2010 e a cada ano esse valor diminui. O que confirma a situação atual da seguradora.

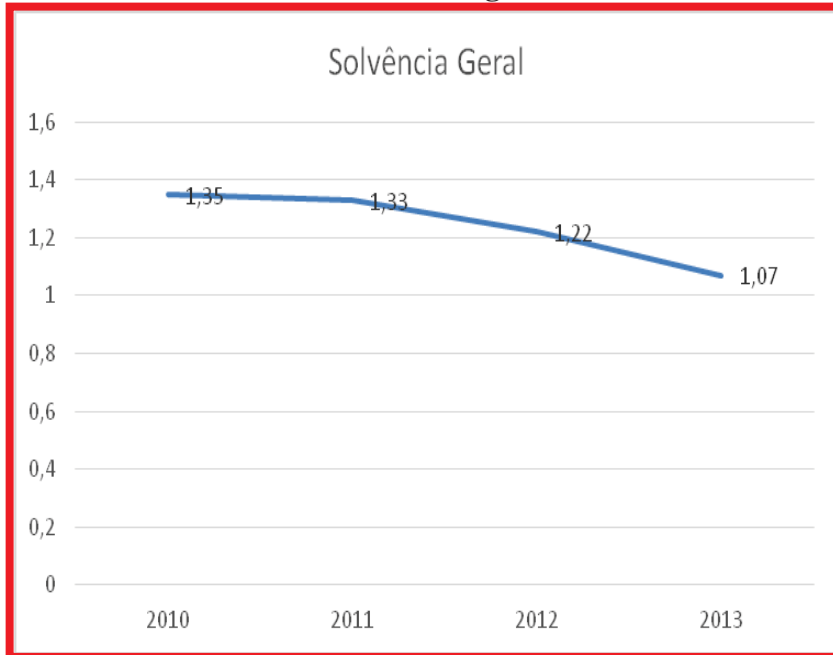
Gráfico 6 - Indicador de liquidez seca



Fonte: Dados Primários

Para finalizar a análise da liquidez da seguradora, o Gráfico 4 indica os índices de solvência geral. Pela análise do mesmo percebe-se que a capacidade total da seguradora em cumprir com seus compromissos a curto ou longo prazo está condicionada, quase que totalmente, a financiamentos de capitais de terceiros.

Gráfico 4 - Indicador de solvência geral



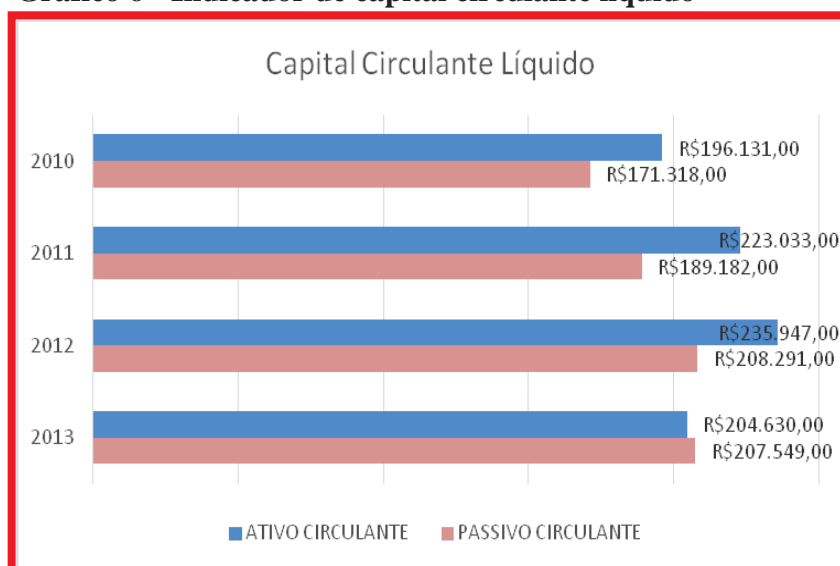
Fonte: Dados Primários

O Gráfico 5 apresenta o quociente de endividamento. Este confirma o que foi demonstrado no indicador anterior, mostrando que a empresa depende cada vez mais de capital de terceiros para cumprir suas obrigações. O ápice dessa condição se deu em 2013, quando realmente começou a crise na companhia.

Gráfico 5 - Indicador de endividamento

Fonte: Dados Primários

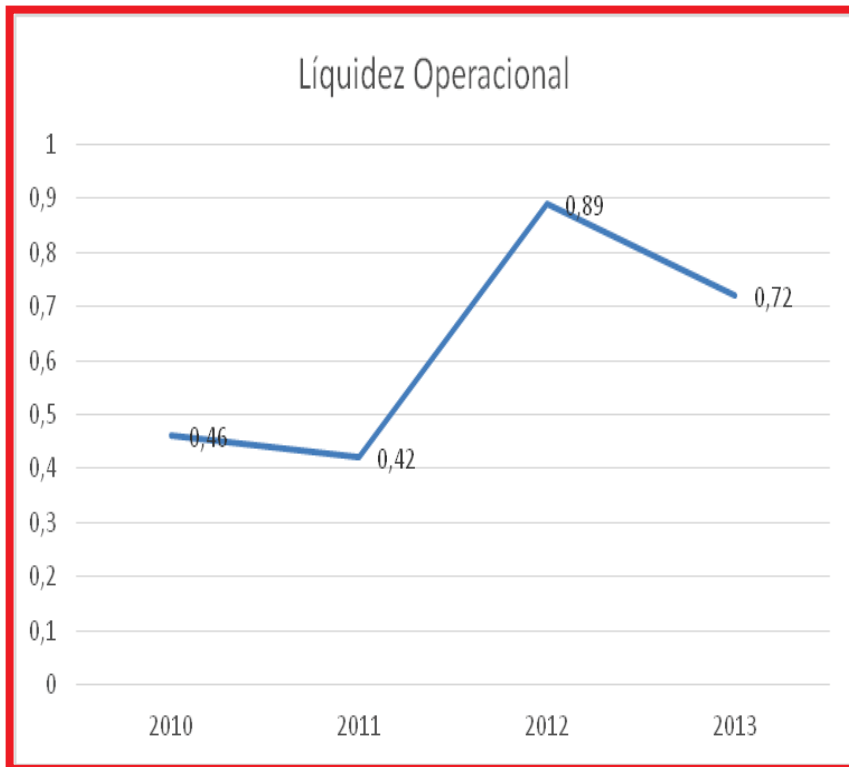
O Gráfico 6 apresenta o indicador de capital circulante líquido. Ao analisar esse indicador percebe-se que até o ano de 2012 a seguradora possuía um capital de giro, caracterizando uma situação positiva, embora sempre teve um valor muito próximo e a partir de 2013 passa a ser negativo, confirmando o que os outros indicadores já demonstraram.

Gráfico 6 - Indicador de capital circulante líquido

Fonte: Dados Primários

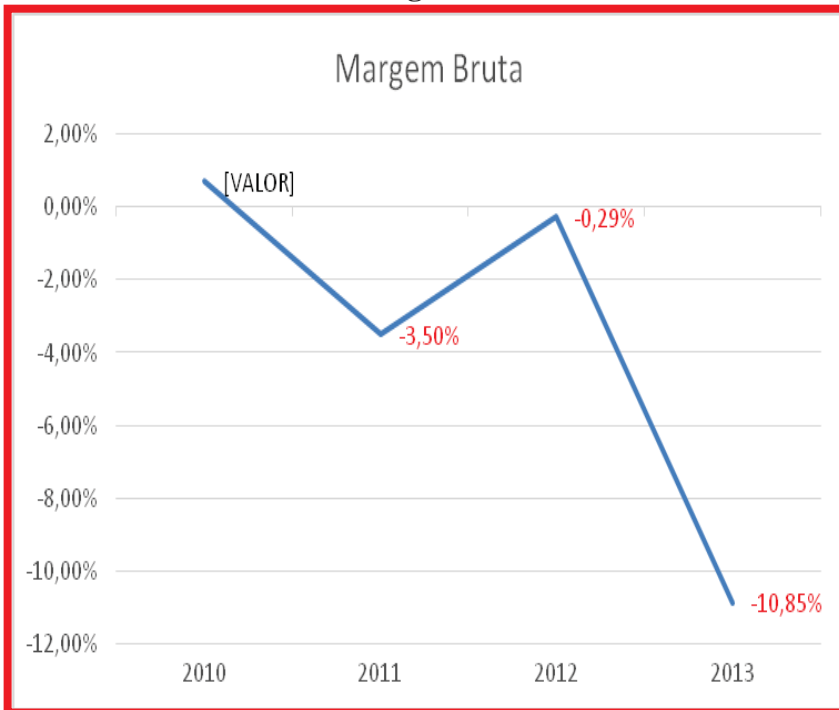
O Gráfico 7 traz dados sobre o indicador de liquidez operacional. Percebe-se grandes variações entre os valores apurados, os quais, no ano de 2010, eram muito pequenos e tiveram um aumento até o ano de 2012, mas voltaram a cair no ano de 2013.

Gráfico 7 - Indicador de liquidez operacional



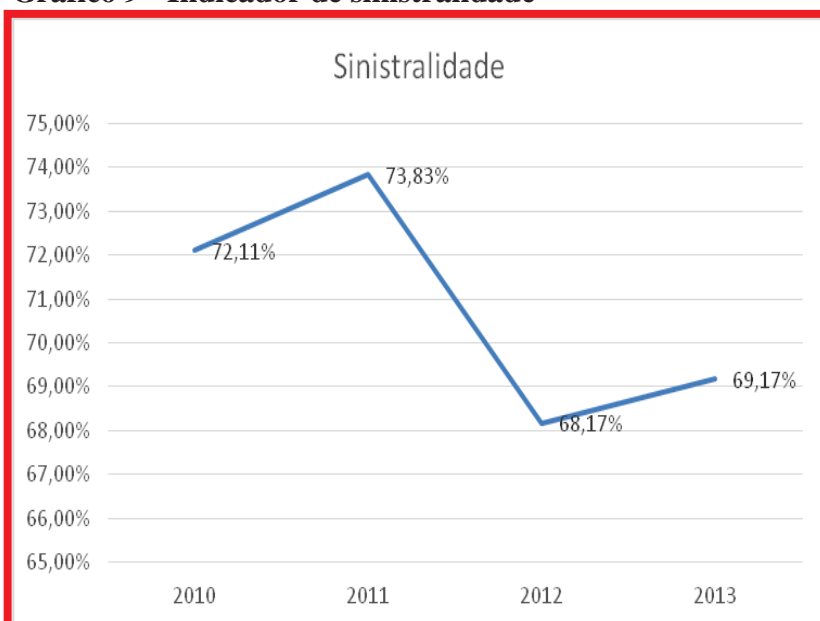
Fonte: Dados Primários

O Gráfico 8 traz o indicador de margem bruta. Esse indicador pode ser considerado um dos piores da companhia, por apresentar um valor positivo apenas no ano de 2010, e a partir do ano seguinte apresentar um valor negativo, tendo seu valor chegado a -10,85 % no ano de 2013. Tais resultados demonstram que a receita de prêmio não foi suficiente para cobrir os custos com sinistro, despesas comerciais e administrativas como poderá ser percebido nos indicadores que seguem-se.

Gráfico 8 - Indicador de margem bruta

Fonte: Dados Primários

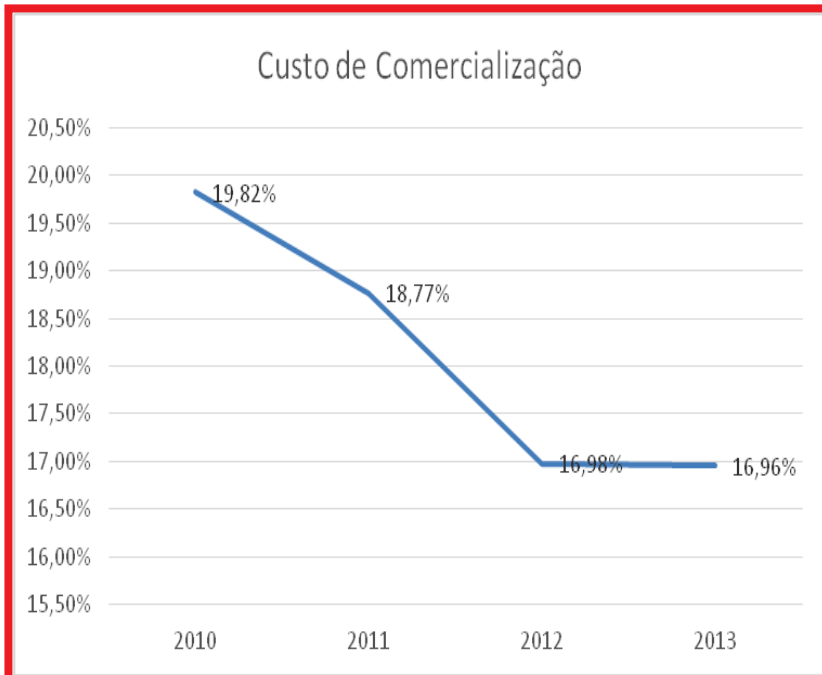
O Gráfico 9 aborda o indicador de sinistralidade. Esse é um dos principais indicadores para a empresa em questão, pois demonstra a relação entre o sinistro e o prêmio ganho. Analisando-se o Gráfico 9 tem-se que no ano de 2013 teve-se um total de 69,17% gasto com sinistro, restando apenas 30,83% para as despesas de comercialização e administrativas.

Gráfico 9 - Indicador de sinistralidade

Fonte: Dados Primários

O Gráfico 10 traz sobre o indicador de custos de comercialização. Assim, demonstra que no ano de 2010 era consumido 19,82% da receita com esse tipo de despesa, em 2011 ele teve uma participação menor de 18,77%. A queda ainda maior ocorreu no ano de 2012, com um valor de 16,98%, e no ano de 2013 voltou a crescer chegando em 16,96%.

Gráfico 10 - Indicador de custo de comercialização



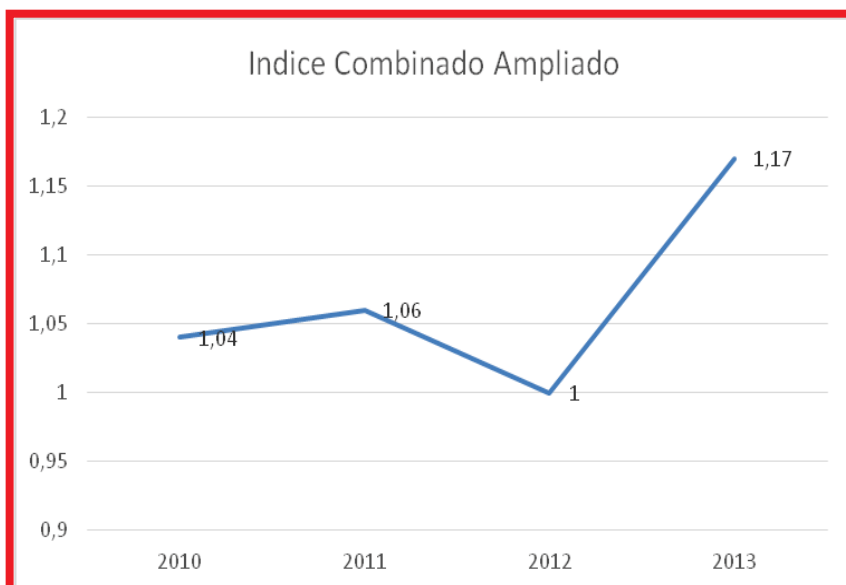
Fonte: Dados Primários

O Gráfico 11 demonstra sobre o indicador de custo administrativo. De maneira geral, nos anos analisados, a seguradora apresenta um comportamento linear até o ano de 2012. Já, no ano de 2013, teve despesas administrativas elevadas. Conforme o indicador anterior, a média comprova que a seguradora teve um alto valor no último ano por reestruturar o seu quadro operacional, deixando de trabalhar com assessorias.

Gráfico 11 - Indicador de custo administrativo

Fonte: Dados Primários

O Gráfico 12 infere sobre o índice combinado ampliado. Conforme observa-se no indicador de sinistralidade, custo administrativo e custo de comercialização, os altos custos com sinistros absorveram grande parte da receita líquida, o que fez com que a seguradora apresentasse indicador médio muito próximos a uma unidade ou inferior, sinalizando a eminência de um desequilíbrio operacional.

Gráfico 12 - Indicador combinado ampliado

Fonte: Dados Primários

4.4 COMPARATIVO DE PREÇO

Como objetivo específico deste estudo, está a precificação. Para Hoji (2014, p.354)

A determinação do preço de venda é uma questão fundamental para qualquer empresa. Se ela praticar um preço muito alto inibirá a venda e, se o preço for muito baixo, poderá não gerar o retorno esperado. Os resultados econômico e financeiro adequado dependem de uma eficaz estratégia de preços. No mercado globalizado, em muitos ramos de negócios, os preços são impostos pelo mercado, e as empresas precisam se ajustar para acompanhar os preços dos concorrentes.

Nesse sentido, analisando-se o comparativo de preço, pode-se perceber a confirmação dos dados trazidos pelos indicadores anteriores. Esse comparativo foi elaborado analisando-se os preços comercializados para o veículo Fiat Strada Adventure 1.8 Locker, Ford Fusion Sel 2.5 e Volkswagen- Gol. Os dados para operar tais comparações encontram-se no Anexo D - Precificação do seguro AUTOSEG e no Anexo E - Precificação do seguro Confiança Companhia de Seguros S/A, sendo que a Tabela 2 compila os dados.

Tabela 2 - Comparativo de precificação

Comparativo de Preço					
Veículo	Ano	Confiança		AutoSeg	
Fiat Strada	2013	R\$	1.369,56	R\$	1.832,00
	2012	R\$	1.195,07	R\$	1.737,00
	2011	R\$	1.399,17	R\$	1.599,00
	2010	R\$	1.413,17	R\$	1.648,00
Ford- Fusion	2013	R\$	1.525,78	R\$	2.164,00
	2012	R\$	1.378,15	R\$	1.843,00
	2011	R\$	1.792,11	R\$	1.631,00
	2010	R\$	1.201,74	R\$	1.669,00
Volkswagen- Gol	2013	R\$	1.079,58	R\$	1.524,00
	2012	R\$	1.091,95	R\$	1.382,00
	2011	R\$	1.047,08	R\$	1.452,00
	2010	R\$	1.241,03	R\$	1.328,00

Fonte: Dados Primários

A primeira informação que se nota na tabela é a grande diferença entre os valores comercializados entre a Confiança e o que consta na Autoseg. Nota-se também que ambos os

valores seguem um padrão ao longo dos anos para ambos os indicadores. É importante salientar que a Autoseg faz uma média de todas as seguradoras que entregaram seus demonstrativos contábeis, conforme determinado pela Susep.

Para essa análise pode-se verificar que independente da Fipe do veículo ou de sua categoria tarifaria, os valores são muito diferentes do comercializado pelas demais seguradoras. Nota-se também que as maiores diferenças ocorreram no primeiro ano de seguro, devido ao fato desse ano o valor do veículo ainda ser o de 0 km e para a maioria das seguradoras esse fato influencia na precificação.

Os valores apresentados pela confiança são em decorrência da política de companhia de trabalhar com baixos prêmios, para se tornarem mais atrativos. Para isso a Companhia optou por no ano de 2010 a 2011 trabalhar sem perfil e somente a partir do fim de 2012 começou a ter esse tipo de característica, o que já ocorria na maioria das seguradoras.

4.5 RESUMO DOS PONTOS DE AVALIAÇÃO

Diante dos cálculos e das análises dos índices econômicos e financeiros, com base nas demonstrações contábeis das empresas, é demonstrado os pontos fortes e pontos fracos da companhia. Através da análise horizontal e vertical pode ser verificado o aumento das contas do passivo e a diminuição das do ativo, isso, aumentando cada vez mais as suas dívidas a longo e curto prazo. A companhia deixou de pagar as comissões e os sinistros no ano de 2013, devido à falta de liquidez da empresa.

A análise da DRE confirma o apresentado no balanço. A empresa possuía um lucro pequeno em 2010 e nos anos seguintes começou a ter um prejuízo cada vez maior. Através da análise dos indicadores percebe-se que a empresa não foi apontada de forma positiva em nenhum dos quocientes, de forma contrária, apresenta indicadores que comprovam cada vez mais a situação deficiente da companhia.

Um dos motivos do problema financeiro é o fato da empresa, como demonstrado no comparativo de preço, estar trabalhando com um valor abaixo do mercado. Verificou-se que os veículos de ambas as categorias estão recebendo um prêmio pequeno se comparado com a Autoseg. Pondera-se que isso não é um fato isolado e sim uma política da companhia para atrair o maior número de segurados.

Ao fazer-se uma análise geral de todos esses quesitos pode-se perceber que em decorrência da política da companhia, de trabalhar com um valor abaixo das concorrentes, ocorreu um alto índice de sinistralidade combinado com altos custos administrativos e comerciais. Ao decidir por ter uma carteira de clientes maiores a companhia não levou em conta que juntamente com estes vem um maior número de dívidas. A empresa, mesmo com o apoio do grupo GBOEX, não estava preparada para receber a quantidade de apólices emitidas, o que ocasionou um prejuízo acumulado ao longo dos anos analisados.

5 CONCLUSÃO

A análise econômico-financeira feita por meio do levantamento dos dados contábeis da Confiança Companhia de Seguros S/A e através dos cálculos dos índices e quocientes econômicos e financeiros permitiu desenvolver uma avaliação quantitativa da seguradora e ter-se então uma visão do desempenho da companhia. Demonstrou-se que os principais motivos dos problemas financeiros da seguradora, eram os altos custos com sinistro, despesas de comercialização e administrativas em decorrência de uma precificação abaixo do mercado.

Através da análise horizontal e vertical do balanço patrimonial, verificou-se que a empresa trabalhava, há um período prolongado, com prejuízo fiscal, que aumentou ao longo dos anos. E em decorrência desses problemas teve um aumento significativo do passivo, e uma diminuição das disponibilidades. Na análise do DRE, pode-se perceber que é comprovado que a seguradora passa por problemas financeiros, com um volume de prêmios emitidos insuficiente para cobrir os custos com sinistros, administrativos e operacionais, alavancando, como era esperado, um prejuízo nos anos de 2011, 2012 e 2013.

Por meio da análise dos indicadores nota-se que mesmo com algumas variações, estes demonstram que a situação da companhia piorou nos últimos anos, tendo problemas com uma liquidez pequena e em alguns anos insuficiente para cobrir os custos. Ainda, revelou-se alta taxa de endividamento, em decorrência da diminuição de seus ativos e aumento do passivo. Os indicadores da situação econômica demonstram que a empresa possui um prejuízo em decorrência e altos custos administrativos, comerciais e, principalmente, com sinistralidade. O que pode ser verificado no índice combinado ampliado com maior clareza.

Ao se verificar, juntamente, as análises do BP e da DRE, dos indicadores e do comparativo de precificação, percebe-se que se o valor fosse mais parecido com o trabalhado pelas demais seguradoras para o ramo automóvel, provavelmente não ocorreria tantos custos

com sinistros e, conseqüentemente, menos despesas. Tal direcionamento impactaria em uma contabilidade mais equilibrada e teria evitado o montante de prejuízo que pode ser verificado no balanço ao longo dos anos pesquisados.

O estudo realizado apresentou limitações importantes quanto o seu alcance, temporalidade dos indicadores e comparativo de precificação. Como limitações deste estudo, pode-se perceber que essa análise só é válida para essa companhia, pois não foi feita as verificações necessárias para caracterizar todo o mercado. Outro limitador em relação à análise dos indicadores é referente ao fato de que para efetuar o cálculo são utilizadas as informações de balanço. Portanto, é analisado somente a situação final da empresa e não de forma periódica, que demonstraria em qual mês ocorreram as variações mais consideráveis. Tendo em vista a forma como foi apresentado o comparativo de precificação, este também possui limitações em função de ter sido analisado um comparativo com os dados da Susep, que apresenta uma média entre todas as seguradoras, independentemente de a forma de delimitar o preço estar correta ou não.

Como sugestão para estudos futuros destaca-se o fato de que poderiam ser realizados estudos em diferentes seguradoras independentemente de estar enfrentando crise financeira, a fim de fazer uma análise comparativa do desempenho das seguradoras e, a partir daí, obter informações concretas sobre a eficiência dos critérios determinados para precificar o seguro. Além disso, poderiam ser realizados estudos periódicos na companhia para determinar uma estratégia não somente para o ramo automóvel mas sim para todos os comercializados pela companhia, pois, mesmo em menor quantidade afetam o resultado da empresa.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. **Lei nº. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 4 set. 2014.

CONFIANÇA SEGUROS. **Home-page**. Disponível em: <www.confiancaseguros.com.br>. Acesso em: 13 ago. 2014.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FIGUEIREDO, Sandra. **Contabilidade de seguros**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GALIZA, Francisco. Um estudo amostral dos seguros de automóvel no Brasil. **Cadernos de Seguro**, Funenseg, p.1-17, set. 1997. Disponível em: <<http://www.ratingdeseguros.com.br/pdfs/artigo35.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2014.

GUERREIRO, Marcelo da Fonseca. **Seguros privados: doutrina, legislação e jurisprudência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

HOJI, Masakasu. **Administração financeira: uma abordagem prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LUCCAS FILHO, Olívio. **Seguros: fundamentos, formação de preço, provisões e funções biométrica**. São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, João Marcos Brito. **Contrato de seguro: comentado conforme as disposições do novo código civil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

NBC TG 11(R1). Contratos de seguro. Altera a NBC TG 11 que dispõe sobre contratos de seguro. 2013. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br>>. Acesso em: 12 set. 2014.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PRADANOV, Cleber Cristiano, FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: método e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

SANTOS, José Luiz dos et al. **Fundamentos do orçamento empresarial**. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Affonso. **Contabilidade e análise econômica-financeira de seguradoras**. São Paulo: Atlas, 1999.

SIQUEIRA, José. **Fundamentos de métodos quantitativos aplicados em administração, economia e contabilidade atuária**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SOUZA, Sidney de. **Seguros: contabilidade, atuária e auditoria**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SUSEP. Superintendência de Seguros Privados. **Home-page**. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/principal.asp>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

TRENNEPOHL, Natascha. **Seguro ambiental**. Salvador: Podivm, 2008.

ANEXO C - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ANO 2012/2013



Rua Sôla do Sotabom nº 604
Canta Patente 479 VIDA - 0097R
CNPJ nº 03.054.883/0001-71
NIRE-43.3.00059/9

Benefícios Acumulados: Em cumprimento da Disposição Legal e Estatutária Vigentes, a Confiância Companhia de Seguros aderiu à aquisição de Vagas em demonstrações contábeis adotando o método do ano de 2012, comparado ao mesmo período do exercício anterior, apresentadas em nome da Legião Socialista. São como pelas normas e Instruções emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), reconhecidas do parecer de Auditor Independente.

Apresentamos a seguinte demonstração contábil sobre o saldo de Benefícios Acumulados, em nome da Legião Socialista, em função do método do ano de 2012, comparado ao mesmo período do exercício anterior, apresentadas em nome da Legião Socialista. São como pelas normas e Instruções emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), reconhecidas do parecer de Auditor Independente.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis brasileiras, emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), reconhecidas do parecer de Auditor Independente.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis brasileiras, emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), reconhecidas do parecer de Auditor Independente.

Balancete Patrimonial - em R\$ mil	
31/12/2012	31/12/2011
Ativo Circulante	204.538
Ativo Não Circulante	295.347
Ativos Totais	500.885
Passivo Circulante	204.538
Passivo Não Circulante	295.347
Passivos Totais	500.885

Demonstração do Resultado - em R\$ mil	
31/12/2012	31/12/2011
Prêmio Bruto	207.548
Prêmio Cédula	207.548
Despesas Operacionais	(20.700)
Despesas Financeiras	(8.236)
Resultado Líquido	178.612
Reserva Técnica	178.612
Resultado Líquido	178.612
Reserva Técnica	178.612
Resultado Líquido	178.612
Reserva Técnica	178.612
Resultado Líquido	178.612
Reserva Técnica	178.612

Demonstração do Resultado - em R\$ mil	
31/12/2012	31/12/2011
Prêmio Bruto	191.485
Prêmio Cédula	191.485
Despesas Operacionais	(19.100)
Despesas Financeiras	(7.500)
Resultado Líquido	154.885
Reserva Técnica	154.885
Resultado Líquido	154.885
Reserva Técnica	154.885
Resultado Líquido	154.885
Reserva Técnica	154.885
Resultado Líquido	154.885
Reserva Técnica	154.885

Demonstração do Fluxo de Caixa - em R\$ mil	
31/12/2012	31/12/2011
Fluxo de Caixa Operacional	(17.282)
Fluxo de Caixa Investimento	1.008
Fluxo de Caixa Financeiro	2.045
Variação Líquida	(14.232)
Saldo Inicial	204.538
Saldo Final	190.306

Demonstração da Situação Financeira Líquida - em R\$ mil	
31/12/2012	31/12/2011
Ativo Líquido	286.653
Passivo Líquido	286.653
Ativos Totais	500.885
Passivos Totais	500.885

Demonstração do Resultado Abreangor - em R\$ mil	
31/12/2012	31/12/2011
Resultado Líquido	178.612
Reserva Técnica	178.612
Resultado Líquido	178.612
Reserva Técnica	178.612
Resultado Líquido	178.612
Reserva Técnica	178.612

Demonstração do Resultado Abreangor - em R\$ mil	
31/12/2012	31/12/2011
Resultado Líquido	154.885
Reserva Técnica	154.885
Resultado Líquido	154.885
Reserva Técnica	154.885
Resultado Líquido	154.885
Reserva Técnica	154.885

Demonstração do Fluxo de Caixa - em R\$ mil	
31/12/2012	31/12/2011
Fluxo de Caixa Operacional	(17.282)
Fluxo de Caixa Investimento	1.008
Fluxo de Caixa Financeiro	2.045
Variação Líquida	(14.232)
Saldo Inicial	204.538
Saldo Final	190.306

Nota 1 - Contorno Operacional: A Confiância Cia. de Seguros, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, é uma das empresas do Grupo GIBCEX e atua no mercado de Seguros realizada há 141 anos. Possui autorização da SUSEP para atuar em todos os setores de Seguro de Vida e Seguros de Saúde. A Confiância Cia. de Seguros é uma das empresas do Grupo GIBCEX e atua no mercado de Seguros realizada há 141 anos. Possui autorização da SUSEP para atuar em todos os setores de Seguro de Vida e Seguros de Saúde.

Nota 2 - Situação Financeira: A Confiância Cia. de Seguros, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, é uma das empresas do Grupo GIBCEX e atua no mercado de Seguros realizada há 141 anos. Possui autorização da SUSEP para atuar em todos os setores de Seguro de Vida e Seguros de Saúde.

Nota 3 - Reservas Técnicas: A Confiância Cia. de Seguros, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, é uma das empresas do Grupo GIBCEX e atua no mercado de Seguros realizada há 141 anos. Possui autorização da SUSEP para atuar em todos os setores de Seguro de Vida e Seguros de Saúde.

Nota 4 - Exposição de Risco: A Confiância Cia. de Seguros, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, é uma das empresas do Grupo GIBCEX e atua no mercado de Seguros realizada há 141 anos. Possui autorização da SUSEP para atuar em todos os setores de Seguro de Vida e Seguros de Saúde.

Nota 5 - Risco de Crédito: A Confiância Cia. de Seguros, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, é uma das empresas do Grupo GIBCEX e atua no mercado de Seguros realizada há 141 anos. Possui autorização da SUSEP para atuar em todos os setores de Seguro de Vida e Seguros de Saúde.

Nota 6 - Risco de Mercado: A Confiância Cia. de Seguros, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, é uma das empresas do Grupo GIBCEX e atua no mercado de Seguros realizada há 141 anos. Possui autorização da SUSEP para atuar em todos os setores de Seguro de Vida e Seguros de Saúde.

Nota 7 - Risco de Liquidez: A Confiância Cia. de Seguros, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, é uma das empresas do Grupo GIBCEX e atua no mercado de Seguros realizada há 141 anos. Possui autorização da SUSEP para atuar em todos os setores de Seguro de Vida e Seguros de Saúde.

Nota 8 - Risco de Crédito: A Confiância Cia. de Seguros, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, é uma das empresas do Grupo GIBCEX e atua no mercado de Seguros realizada há 141 anos. Possui autorização da SUSEP para atuar em todos os setores de Seguro de Vida e Seguros de Saúde.

Nota 9 - Risco de Mercado: A Confiância Cia. de Seguros, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, é uma das empresas do Grupo GIBCEX e atua no mercado de Seguros realizada há 141 anos. Possui autorização da SUSEP para atuar em todos os setores de Seguro de Vida e Seguros de Saúde.

Nota 10 - Risco de Liquidez: A Confiância Cia. de Seguros, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, é uma das empresas do Grupo GIBCEX e atua no mercado de Seguros realizada há 141 anos. Possui autorização da SUSEP para atuar em todos os setores de Seguro de Vida e Seguros de Saúde.

ANEXO D – PRECIFICAÇÃO DO SEGURO AUTOSEG

Superintendência de Seguros Privados - SUSEP
 Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI
 Coordenação de Sistemas e Informações para o Mercado - COSIM

Comentários e sugestões para: cosim.rj@susep.gov.br

Fiat - Strada Adventure LOCKER 1.8 mpi Flex CE											
2010											
Categoria	Cidade	Modelo	Ano Modelo	Expostos	Prêmio Médio (R\$)	Freq. Incêndio e Roubo	Indeniz. Incêndio e Roubo (R\$)	Freq. Colisão	Indeniz. Colisão (R\$)	Freq. Outras	Indeniz. Outras (R\$)
Todas	Todas	Fiat - Strada Adventure LOCKER 1.8 mpi Flex CE	2010	5.694	2.312	101	3.891.060	448	2.594.473	350	197.749
		Totais		5.694	2.312	101	3.891.060	448	2.594.473	350	197.749
2011											
Todas	Todas	Fiat - Strada Adventure LOCKER 1.8 mpi Flex CE	2010	6.392	2.304	95	3.246.476	580	3.734.581	490	395.051
		Totais		6.392	2.304	95	3.246.476	580	3.734.581	490	395.051
2012											
Todas	Todas	Fiat - Strada Adventure LOCKER 1.8 mpi Flex CE	2010	6.669	2.237	86	2.612.421	555	3.695.057	558	541.455
		Totais		6.669	2.237	86	2.612.421	555	3.695.057	558	541.455
2013											
Todas	Todas	Fiat - Strada Adventure LOCKER 1.8 mpi Flex CE	2010	2.661	2.324	45	1.160.882	209	1.574.422	261	164.701
		Totais		2.661	2.324	45	1.160.882	209	1.574.422	261	164.701
Fusion SEL 2.5 16V 173cv Aut.											
2010											
Todas	Todas	Fusion SEL 2.5 16V 173cv Aut.	2010	3.979	2.164	21	1.364.443	294	2.101.678	295	168.725
		Totais		3.979	2.164	21	1.364.443	294	2.101.678	295	168.725
2011											
Todas	Todas	Fusion SEL 2.5 16V 173cv Aut.	2010	6.189	1.843	27	1.587.749	467	3.113.977	907	736.674
		Totais		6.189	1.843	27	1.587.749	467	3.113.977	907	736.674
2012											
Todas	Todas	Fusion SEL 2.5 16V 173cv Aut.	2010	7.887	1.631	42	2.019.240	625	5.674.987	1.450	1.138.237
		Totais		7.887	1.631	42	2.019.240	625	5.674.987	1.450	1.138.237
2013											
Todas	Todas	Fusion SEL 2.5 16V 173cv Aut.	2010	3.593	1.669	25	1.070.416	330	2.507.417	602	272.552
		Totais		3.593	1.669	25	1.070.416	330	2.507.417	602	272.552
VW - Volkswagen - Gol 1.6 Mi Power Total Flex 8V 4p											
2010											
Todas	Todas	VW - Volkswagen - Gol 1.6 Mi Power Total Flex 8V 4p	2004	579.032	1.524	5.235	120.714.790	36.410	219.885.019	104.165	33.672.741
		Totais		579.032	1.524	5.235	120.714.790	36.410	219.885.019	104.165	33.672.741
2011											
Todas	Todas	VW - Volkswagen - Gol 1.6 Mi Power Total Flex 8V 4p	2004	4.628	1.382	85	1.839.595	321	1.990.469	478	221.724
		Totais		4.628	1.382	85	1.839.595	321	1.990.469	478	221.724
2012											
Todas	Todas	VW - Volkswagen - Gol 1.6 Mi Power Total Flex 8V 4p	2004	4.011	1.452	63	1.154.003	237	1.320.667	384	79.431
		Totais		4.011	1.452	63	1.154.003	237	1.320.667	384	79.431
2013											
Todas	Todas	VW - Volkswagen - Gol 1.6 Mi Power Total Flex 8V 4p	2004	1.578	1.328	34	489.109	117	520.748	191	63.241
		Totais		1.578	1.328	34	489.109	117	520.748	191	63.241

ANEXO E – PRECIFICAÇÃO DO SEGURO CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS S/A



Autorizada a funcionar pelo Decreto Imperial N.º 4.920 de 22 de janeiro de 1872
CNPJ: 33.054.883/0001-71

APÓLICE DE SEGURO AUTOMÓVEL E/OU RCF-V
Processo SUSEP AUTO N.º 15414.200104/2004-60
Processo SUSEP APC N.º 10.005528/99-23
Processo SUSEP PECÚLIO N.º 10.0002763/99-15

Prezo de Vigência:	365 Dias
Início - 24 horas de:	
Término - 24 horas de:	
QTD ITENS:	
VERSÃO:	7.13.0.0
PÁGINA:	1 DE 2

CAPITAL SOCIAL: R\$ 102.138.964,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO: R\$ 67.668.630,95

ITEM 1		DADOS DO VEÍCULO		
MARCA/ TIPO/ VERSAO		CÓD. NA TABELA FIPE		CÓDIGO IDENT. BÔNUS
FORD Fusion SEL 2.5 16V 173cv Aut.		003335-9		50500009030648
ANO FAB	ANO MOD	PASSAG.	COMBUSTÍVEL	PROCEDÊNCIA
2010	2011	5	GASOLINA	IMPORTADO
PLACA	CHASSI	RENAVAM	DISPOSITIVO DE SEGURANÇA	
JAN2248	3FAHP0JAXBR186273	280806469	<NENHUM>	
USO	DATA / N.º VISTORIA /		CATEGORIA TARIFÁRIA	COR
PASSEIO E/OU LAZER	/ /		VEÍCULOS DE PASSEIO - IMPORTADO	Branca
		CÓD VISTORIADORA / NOTA FISCAL		
		/ / 0		
DADOS DO SEGURO				
REGIÃO DE TRÁFEGO		COBERTURAS		LMI
DEMAIS REGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL		CASCO		VM 100%
COBERTURA		DESPESAS EXTRAS		PRÊMIO
Compreensiva + RCF		ACESSÓRIOS/EQUIPAMENTO		851,19
TIPO DE FRANQUIA		RCF-V DANOS MATERIAIS		NÃO CONTRATADA
FRANQUIA CASCO		RCF-V DANOS CORPORAIS		NÃO CONTRATADA
FRANQUIA RCF DM		RCF-V DANOS MORAIS (2)		74,27
Básica		APP MORTE (3)		40,38
BÔNUS		APP INVALIDEZ PERMANENTE (3)		4,46
FRANQUIA VIDROS LATERAIS (R\$)		LMI		4,46
FRANQUIA VIDROS PÁRA-BRISA (R\$)		SERVIÇOS		PRÊMIO
190,00		ASSISTÊNCIA 24 HORAS		206,00
FRANQUIA FAROL/LANTERNA E RETROVISOR (R\$)		ASSISTÊNCIA VIDROS		103,60
FRANQUIA FAROL XENON/LED (4) R\$		MONITORAMENTO		0,00
FRANQUIA FAROL XENON/LED (4) R\$		FAROL/LANTERNA E RETROVISOR		70,00
450,00		OUTROS		LMI
ASSISTÊNCIA 24 HORAS		PECÚLIO		PRÊMIO
PLANO VI - CR 7d IP		MORTE ACIDENTAL		R\$ 60,00
CLÁUSULAS APLICÁVEIS NO PRESENTE ITEM		10.800,00		39,96
CLÁUSULAS CONTRATADAS:		PRÊMIO DO ITEM		
APP. RCF-V		1.454,32		
CLÁUSULA DE ALIENAÇÃO		DESCRIZAÇÃO DAS AVARIAS		
		BC50E2000F2500FR0000A00000CAH		

Vigência 2013/2014

CONTA DO PRÊMIO		FORMA DE PAGO - CARNÊ		DATAS DE PAGAMENTO			
PRÊMIO LÍQUIDO	1.014,72	Nº PARC. MENSAIS	1	Venc.	Valor	Venc.	Valor
JUROS	0,00	TAXA JUROS MENSAL	0,00 %	14/08/13	R\$ 1525,78		
C. APÓLICE	0,00	1º PARC. (ENTRADA)	1.525,78				
IOF	71,46	0 PARCELAS DE	0,00				
SERVIÇOS	439,60	PRÊMIO TOTAL	1.525,78				

Vigência 2012/2013

CONTA DO PRÊMIO		FORMA DE PAGO - CARNE		DATAS DE PAGAMENTO			
PRÊMIO LÍQUIDO	946,72	Nº PARC. MENSAIS	4	Venc.	Valor	Venc.	Valor
JUROS	0,00	TAXA JUROS MENSAL	0,00 %	14/08/12	R\$ 374,62		
C. APÓLICE	0,00	1º PARC. (ENTRADA)	374,62	14/09/12	R\$ 334,51		
IOF	66,43	3 PARCELAS DE	334,51	14/10/12	R\$ 334,51		
SERVIÇOS	365,00	PRÊMIO TOTAL	1.378,15	14/11/12	R\$ 334,51		

Vigência 2011/2012

CONTA DO PRÊMIO		FORMA DE PAGO - CARNÊ		DATAS DE PAGAMENTO			
PRÊMIO LÍQUIDO	1.211,26	Nº PARC. MENSAIS	4	Venc.	Valor	Venc.	Valor
JUROS	0,00	TAXA JUROS MENSAL	0,00 %	17/08/11	R\$ 478,14		
C. APÓLICE	100,00	1º PARC. (ENTRADA)	478,14	17/09/11	R\$ 437,99		
IOF	115,85	3 PARCELAS DE	437,99	17/10/11	R\$ 437,99		
SERVIÇOS	365,00	PRÊMIO TOTAL	1.792,11	17/11/11	R\$ 437,99		

Vigência 2010/2011

CONTA DO PRÊMIO		FORMA DE PAGO - CARNÊ		DATAS DE PAGAMENTO			
PRÊMIO LÍQUIDO	723,61	Nº PARC. MENSAIS	4	Venc.	Valor	Venc.	Valor
JUROS	0,00	TAXA JUROS MENSAL	0,00 %	24/07/10	R\$ 330,54		
C. APÓLICE	100,00	1º PARC. (ENTRADA)	330,54	24/08/10	R\$ 290,40		
IOF	73,13	3 PARCELAS DE	290,40	02/10/10	R\$ 290,40		
SERVIÇOS	305,00	PRÊMIO TOTAL	1.201,74	24/10/10	R\$ 290,40		



Autorizada a funcionar pelo Decreto Imperial
Nº 4.920 de 22 de janeiro de 1872
CNPJ: 33.054.883/0001-71

APÓLICE DE SEGURO AUTOMÓVEL E/OU RCF-V
Processo SUSEP AUTO Nº 15414.200104/2004-60
Processo SUSEP APC Nº 10.005528/99-23
Processo SUSEP PECÚLIO Nº 10.0002763/99-15

Prazo de Vigência: 365 Dias
Início - 24 horas de:
Término - 24 horas de:
QTD ITENS:
VERSÃO: 7.13.0.0
PÁGINA: 1 DE 2

CAPITAL SOCIAL: R\$ 102.138.964,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO: R\$ 67.668.630,95

ITEM 1				DADOS DO VEÍCULO			
MARCA/ TIPO/ VERSAO				CÓD. NA TABELA FIPE		CÓDIGO IDENT. BÔNUS	
FIAT Strada Adventure 1.8/1.8 LOCKER Flex CD				001277-7		50500009076370	
ANO FAB	ANO MOD	PASSAG.	COMBUSTÍVEL	PROCEDÊNCIA	DISPOSITIVO DE SEGURANÇA		
2009	2010	4	MISTO: ALCOOL + GAS	NACIONAL	<NENHUM>		
PLACA	CHASSI	RENAVAM		CATEGORIA TARIFÁRIA		COR	
ISS1340	9BD27844DA7190409	165923601		PICK-UPS LEVES (CARGA E/OU PESSO		VERMELHA	
USO	PASSEIO E/OU LAZER			DATA / N.º VISTORIA / CÓD VISTORIADORA / NOTA FISCAL		/ / 0	
DADOS DO SEGURO							
REGIÃO DE TRÁFEGO				COBERTURAS		LMI	PRÊMIO
DEMAIS REGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL				CASCO		VM 100%	628,66
COBERTURA				DESPESAS EXTRAS		NÃO CONTRATADA	
Compreensiva + RCF				ACESSÓRIOS/EQUIPAMENTO		NÃO CONTRATADA	
TIPO DE FRANQUIA	FRANQUIA CASCO	FRANQUIA RCF	DM	RCF-V DANOS MATERIAIS	100.000,00		105,39
Reduzida	1.213,38		0,00	RCF-V DANOS CORPORAIS	100.000,00		63,31
BÔNUS	FRANQUIA VIDROS LATERAIS (R\$)			RCF-V DANOS MORAIS (2)		NÃO CONTRATADA	
4	60,00			APP MORTE (3)	1.500,00		3,13
FRANQUIA VIDROS PÁRA-BRISA (R\$)				APP INVALIDEZ PERMANENTE (3)	1.500,00		3,13
140,00				SERVIÇOS		LMI	PRÊMIO
FRANQUIA FAROL/LANTERNA E RETROVISOR (R\$)				ASSISTÊNCIA 24 HORAS	-		171,67
50,00				ASSISTÊNCIA VIDROS	-		40,28
FRANQUIA FAROL XENON/LED (4) R\$				MONITORAMENTO	-		0,00
450,00				FAROL/LANTERNA E RETROVISOR	-		29,17
ASSISTÊNCIA 24 HORAS				OUTROS		LMI	PRÊMIO
PLANO VI - CR 7d IP				PECÚLIO			R\$ 50,00
CLÁUSULAS APLICÁVEIS NO PRESENTE ITEM				MORTE ACIDENTAL	10.800,00		39,96
CLÁUSULAS CONTRATADAS:				PRÊMIO DO ITEM			1.134,70
APP, RCF-V				DESCRIÇÃO DAS AVARIAS		BC43E2500F2000FR0000A00000CAH	
CLÁUSULA DE ALIENAÇÃO							

Vigência 2013/2014

CONTA DO PRÊMIO		FORMA DE PAGTO - CARNÊ		DATAS DE PAGAMENTO			
PRÊMIO LÍQUIDO	953,17	Nº PARC. MENSAIS	1	Venc.	Valor	Venc.	Valor
JUROS	0,00	TAXA JUROS MENSAL	0,00 %	24/08/13	R\$ 1369,56		
C. APÓLICE	0,00	1º PARC. (ENTRADA)	1.369,56				
IOF	67,05	0 PARCELAS DE	0,00				
SERVIÇOS	349,34	PRÊMIO TOTAL	1.369,56				

Vigência 2012/2013

CONTA DO PRÊMIO		FORMA DE PAGTO - CARNÊ		DATAS DE PAGAMENTO			
PRÊMIO LÍQUIDO	841,27	Nº PARC. MENSAIS	1	Venc.	Valor	Venc.	Valor
JUROS	0,00	TAXA JUROS MENSAL	0,00 %	25/08/12	R\$ 1195,07		
C. APÓLICE	0,00	1º PARC. (ENTRADA)	1.195,07				
IOF	58,80	0 PARCELAS DE	0,00				
SERVIÇOS	295,00	PRÊMIO TOTAL	1.195,07				

Vigência 2011/2012

CONTA DO PRÊMIO		FORMA DE PAGTO - CARNÊ		DATAS DE PAGAMENTO			
PRÊMIO LÍQUIDO	950,22	Nº PARC. MENSAIS	4	Venc.	Valor	Venc.	Valor
JUROS	0,00	TAXA JUROS MENSAL	0,00 %	27/08/11	R\$ 379,86		
C. APÓLICE	100,00	1º PARC. (ENTRADA)	379,86	27/09/11	R\$ 339,77		
IOF	88,95	3 PARCELAS DE	339,77	27/10/11	R\$ 339,77		
SERVIÇOS	260,00	PRÊMIO TOTAL	1.399,17	27/11/11	R\$ 339,77		

Vigência 2010/2011

CONTA DO PRÊMIO		FORMA DE PAGTO - CARNÊ		DATAS DE PAGAMENTO			
PRÊMIO LÍQUIDO	988,87	Nº PARC. MENSAIS	4	Venc.	Valor	Venc.	Valor
JUROS	0,00	TAXA JUROS MENSAL	0,00 %	28/08/10	R\$ 383,36		
C. APÓLICE	100,00	1º PARC. (ENTRADA)	383,36	28/09/10	R\$ 343,27		
IOF	89,30	3 PARCELAS DE	343,27	28/10/10	R\$ 343,27		
SERVIÇOS	235,00	PRÊMIO TOTAL	1.413,17	04/12/10	R\$ 343,27		



Autorizada a funcionar pelo Decreto Imperial
Nº 4.920 de 22 de janeiro de 1872
CNPJ: 33.054.883/0001-71

APÓLICE DE SEGURO AUTOMÓVEL E/OU RCF-V
Processo SUSEP AUTO Nº 15414.200104/2004-60
Processo SUSEP APC Nº 10.005528/99-23
Processo SUSEP PECÚLIO Nº 10.0002763/99-15

Prazo de Vigência: 365 Dias
Início - 24 horas de:
Término - 24 horas de:
QTD ITENS:
VERSÃO: 7.13.0.0
PÁGINA: 1 DE 2

CAPITAL SOCIAL: R\$ 102.138.964,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO: R\$ 67.668.630,95

ITEM 1				DADOS DO VEÍCULO			
MARCA/ TIPO/ VERSAO	VW - VOLKSWAGEN Gol 1.6 Mi Power Total Flex 8V 4p (G)			CÓD. NA TABELA FIPE	005190-0		
ANO FAB	ANO MOD	PASSAG.	COMBUSTÍVEL	PROCEDÊNCIA	DISPOSITIVO DE SEGURANÇA		
2004	2004	5	MISTO: ALCOOL + GAS	NACIONAL	<NENHUM>		
PLACA	CHASSI	RENAVAM	CATEGORIA TARIFÁRIA	COR	VEÍCULOS DE PASSEIO - NACIONAL		
ILX5785	9BWCB45X64P116987	831900300	Cinza	DATA / N.º VISTORIA / CÓD VISTORIADORA / NOTA FISCAL			
USO	PASSEIO E/OU LAZER			/ / 0			
DADOS DO SEGURO							
REGIÃO DE TRÁFEGO				COBERTURAS		LMI	PRÊMIO
DEMAIS REGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL				CASCO		VM 100%	464,26
COBERTURA				DESPESAS EXTRAS		NÃO CONTRATADA	
Compreensiva + RCF				ACESSÓRIOS/EQUIPAMENTO		NÃO CONTRATADA	
TIPO DE FRANQUIA	FRANQUIA CASCO	FRANQUIA RCF	DM	RCF-V DANOS MATERIAIS	100.000,00		98,75
Reduzida	1.187,40		0,00	RCF-V DANOS CORPORAIS	100.000,00		53,72
BÔNUS	FRANQUIA VIDROS LATERAIS (R\$)			RCF-V DANOS MORAIS (2)		NÃO CONTRATADA	
5	50,00			APP MORTE (3)		NÃO CONTRATADA	
FRANQUIA VIDROS PÁRA-BRISA (R\$)				APP INVALIDEZ PERMANENTE (3)		NÃO CONTRATADA	
105,00				SERVIÇOS		LMI	PRÊMIO
FRANQUIA FAROL/LANTERNA E RETROVISOR (R\$)				ASSISTÊNCIA 24 HORAS	-		145,00
50,00				ASSISTÊNCIA VIDROS	-		19,10
FRANQUIA FAROL XENON/LED (4) R\$				MONITORAMENTO	-		0,00
450,00				FAROL/LANTERNA E RETROVISOR	-		25,00
ASSISTÊNCIA 24 HORAS				OUTROS		LMI	PRÊMIO
PLANO VII - CR 7d IP				PECÚLIO			R\$ 50,00
CLÁUSULAS APLICÁVEIS NO PRESENTE ITEM				MORTE ACIDENTAL	10.800,00		39,96
CLÁUSULAS CONTRATADAS:				PRÊMIO DO ITEM			
RCF-V				895,79			
CLÁUSULA DE ALIENAÇÃO				DESCRIÇÃO DAS AVARIAS		BC47E2500F2500FR0000A00000CAH	

Vigência 2013/2014

CONTA DO PRÊMIO		FORMA DE PAGTO - CARNÊ		DATAS DE PAGAMENTO			
PRÊMIO LÍQUIDO	740,79	Nº PARC. MENSAIS	4	Venc.	Valor	Venc.	Valor
JUROS	0,00	TAXA JUROS MENSAL	0,00 %	19/11/13	R\$ 299,97		
C. APÓLICE	0,00	1º PARC. (ENTRADA)	299,97	18/12/13	R\$ 259,87		
IOF	51,87	3 PARCELAS DE	259,87	18/01/14	R\$ 259,87		
SERVIÇOS	286,92	PRÊMIO TOTAL	1.079,58	18/02/14	R\$ 259,87		

Vigência 2012/2013

CONTA DO PRÊMIO		FORMA DE PAGTO - CARNÊ		DATAS DE PAGAMENTO			
PRÊMIO LÍQUIDO	776,11	Nº PARC. MENSAIS	4	Venc.	Valor	Venc.	Valor
JUROS	0,00	TAXA JUROS MENSAL	0,00 %	27/11/12	R\$ 303,07		
C. APÓLICE	0,00	1º PARC. (ENTRADA)	303,07	27/12/12	R\$ 262,96		
IOF	53,84	3 PARCELAS DE	262,96	27/01/13	R\$ 262,96		
SERVIÇOS	262,00	PRÊMIO TOTAL	1.091,95	27/02/13	R\$ 262,96		

Vigência 2011/2012

CONTA DO PRÊMIO		FORMA DE PAGTO - CARNÊ		DATAS DE PAGAMENTO			
PRÊMIO LÍQUIDO	647,44	Nº PARC. MENSAIS	4	Venc.	Valor	Venc.	Valor
JUROS	0,00	TAXA JUROS MENSAL	0,00 %	17/11/11	R\$ 291,86		
C. APÓLICE	100,00	1º PARC. (ENTRADA)	291,86	17/12/11	R\$ 251,74		
IOF	64,64	3 PARCELAS DE	251,74	17/01/12	R\$ 251,74		
SERVIÇOS	235,00	PRÊMIO TOTAL	1.047,08	17/02/12	R\$ 251,74		

Vigência 2010/2011

CONTA DO PRÊMIO		FORMA DE PAGTO - CARNÊ		DATAS DE PAGAMENTO			
PRÊMIO LÍQUIDO	830,20	Nº PARC. MENSAIS	4	Venc.	Valor	Venc.	Valor
JUROS	0,00	TAXA JUROS MENSAL	0,00 %	17/11/10	R\$ 340,34		
C. APÓLICE	100,00	1º PARC. (ENTRADA)	340,34	17/12/10	R\$ 300,23		
IOF	75,83	3 PARCELAS DE	300,23	17/01/11	R\$ 300,23		
SERVIÇOS	235,00	PRÊMIO TOTAL	1.241,03	17/02/11	R\$ 300,23		

APÊNDICES A – ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL DO BP

Descrição	2010	AH	AV	2011	AH	AV	2012	AH	AV	2013	AH	AV
ATIVO	259.560,00	100	100,00	278.070,00	7,13	100,00	300.959,00	8,23	100,00	263.624,00	(12,41)	100,00
CIRCULANTE	196.131,00	100	75,56	223.033,00	13,72	80,21	235.947,00	5,79	78,40	204.630,00	(13,27)	77,62
DISPONIVEL	2.895,00	100	1,12	1.865,00	(35,58)	0,67	1.131,00	(39,36)	0,38	1.597,00	41,20	0,61
Caixa	2.895,00	100	1,12	1.865,00	(35,58)	0,67	1.131,00	(39,36)	0,38	1.597,00	41,20	0,61
APLICAÇÕES	73.559,00	100	28,34	80.479,00	9,41	28,94	86.245,00	7,16	28,66	76.016,00	(11,86)	28,84
Aplicações	73.559,00	100	28,34	80.479,00	9,41	28,94	86.245,00	7,16	28,66	76.016,00	(11,86)	28,84
Créd. das Oper. c/Seguros e Resseguros	76.407,00	100	29,44	90.972,00	19,06	32,72	101.314,00	11,37	33,66	77.078,00	(23,92)	29,24
Prêmios a Receber	37.347,00	100	14,39	34.283,00	(8,20)	12,33	56.803,00	65,69	18,87	22.572,00	(60,26)	8,56
Operações com Resseguradoras	36.512,00	100	14,07	53.158,00	45,59	19,12	35.927,00	(32,41)	11,94	48.552,00	35,14	18,42
Outros Créditos Operacionais.	2.548,00	100	0,98	3.531,00	38,58	1,27	8.584,00	143,10	2,85	5.954,00	(30,64)	2,26
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	23.571,00	100	9,08	27.921,00	18,45	10,04	20.226,00	(27,56)	6,72	23.532,00	16,35	8,93
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	23.571,00	100	9,08	27.921,00	18,45	10,04	20.226,00	(27,56)	6,72	23.532,00	16,35	8,93
Títulos e Créditos a Receber	2.317,00	100	0,89	7.522,00	224,64	2,71	10.868,00	44,48	3,61	8.754,00	(19,45)	3,32
Títulos e Créditos a Receber	203,00	100	0,08	5.046,00	2.385,71	1,81	2.399,00	(52,46)	0,80	4.179,00	74,20	1,59
Créditos Tribut. e Previdenciários	1.262,00	100	0,49	1.385,00	9,75	0,50	2.683,00	93,72	0,89	2.145,00	(20,05)	0,81
Outros Créditos	852,00	100	0,33	1.091,00	28,05	0,39	5.786,00	430,34	1,92	2.430,00	(58,00)	0,92
Outros Valores e Bens	4.274,00	100	1,65	2.326,00	(45,58)	0,84	3.122,00	34,22	1,04	5.857,00	87,60	2,22
Bens a Venda	3.863,00	100	1,49	2.007,00	(48,05)	0,72	2.377,00	18,44	0,79	3.332,00	40,18	1,26
Outros Valores	373,00	100	0,14	319,00	(14,48)	0,11	745,00	133,54	0,25	2.525,00	238,93	0,96
Despesas Antecipadas	38,00	100	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos de Aquisição Diferidos	13.108,00	100	5,05	11.948,00	(8,85)	4,30	13.041,00	9,15	4,33	11.796,00	(9,55)	4,47
Seguros	13.108,00	100	5,05	11.948,00	(8,85)	4,30	13.041,00	9,15	4,33	11.796,00	(9,55)	4,47
Ativo Não Circulante	63.429,00	100	24,44	55.037,00	(13,23)	19,79	65.012,00	18,12	21,60	58.994,00	(9,26)	22,38
Realizável a Longo Prazo	20.559,00	100	7,92	20.660,00	0,49	7,43	33.157,00	60,49	11,02	31.137,00	(6,09)	11,81
Aplicações	81,00	100	0,03	98,00	20,99	0,04	102,00	4,08	0,03	0,00	0,00	0,00
Aplicações	81,00	100	0,03	98,00	20,99	0,04	102,00	4,08	0,03	0,00	0,00	0,00
Créditos das Oper. c/Seguros e Resseguro	0,00	100	0,00	0,00	0,00	0,00	3.325,00	0,00	1,10	0,00	0,00	0,00
Operações com Resseguradoras	0,00	100	0,00	0,00	0,00	0,00	3.325,00	0,00	1,10	0,00	0,00	0,00
Títulos e Créditos a Receber.	20.478,00	100	7,89	20.562,00	0,41	7,39	25.613,00	24,56	8,51	31.137,00	21,57	11,81
Créditos Tributários e Previdenciários	17.821,00	100	6,87	17.628,00	(1,08)	6,34	22.789,00	29,28	7,57	22.550,00	(1,05)	8,55
Depósitos Judiciais e Fiscais	2.069,00	100	0,80	2.386,00	15,32	0,86	2.661,00	11,53	0,88	2.209,00	(16,99)	0,84
Outros Créditos Operacionais	588,00	100	0,23	548,00	(6,80)	0,20	163,00	(70,26)	0,05	6.378,00	(70,28)	2,42
Ouros Valores e Bens	0,00	100	0,00	0,00	0,00	0,00	4.117,00	0,00	1,37	0,00	0,00	0,00
Ouros Valores e Bens	0,00	100	0,00	0,00	0,00	0,00	4.117,00	0,00	1,37	0,00	0,00	0,00
Investimentos	41.031,00	100	15,81	32.611,00	(20,52)	11,73	30.186,00	(7,44)	10,03	26.256,00	(13,02)	9,96
Participações Societárias	1.719,00	100	0,66	1.719,00	0,00	0,62	2.086,00	21,35	0,69	18,00	(99,14)	0,01
Imóveis Destinados a Renda	39.121,00	100	15,07	30.712,00	(21,49)	11,04	27.959,00	(8,96)	9,29	26.106,00	(6,63)	9,90
Outros Investimentos	191,00	100	0,07	180,00	(5,76)	0,06	141,00	(21,67)	0,05	132,00	(6,38)	0,05

Imobilizado	1.817,00	100	0,70	1.739,00	(4,29)	0,63	1.665,00	(4,26)	0,55	1.597,00	(4,08)	0,61
Imóveis de Uso Próprio	875,00	100	0,34	840,00	(4,00)	0,30	843,00	0,36	0,28	808,00	(4,15)	0,31
Bens Móveis	918,00	100	0,35	884,00	(3,70)	0,32	745,00	(15,72)	0,25	742,00	(0,40)	0,28
Outras Imobilizações	24,00	100	0,01	15,00	(37,50)	0,01	77,00	413,33	0,03	47,00	(38,96)	0,02
Intangível	20,00	100	0,01	27,00	35,00	0,01	4,00	(85,19)	0,00	4,00	0,00	0,00
outros intangíveis	20,00	100	0,01	27,00	35,00	0,01	4,00	(85,19)	0,00	4,00	0,00	0,00
Diferido	2,00	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferido	2,00	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO	259.560,00	100	100,00	278.070,00	7,13	100,00	300.959,00	8,23	100,00	263.624,00	(12,41)	100,00
PASSIVO CIRCULANTE	171.318,00	100	66,00	189.182,00	10,43	68,03	208.291,00	10,10	69,21	207.549,00	(0,36)	78,73
Contas a Pagar	37.794,00	100	14,56	45.169,00	19,51	16,24	32.245,00	(28,61)	10,71	35.703,00	10,72	13,54
Obrigações a Pagar	12.178,00	100	4,69	12.512,00	2,74	4,50	1.806,00	(85,57)	0,60	769,00	(57,42)	0,29
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	4.738,00	100	1,83	6.145,00	29,70	2,21	8.305,00	35,15	2,76	8.550,00	2,95	3,24
Encargos Trabalhistas	1.103,00	100	0,42	1.257,00	13,96	0,45	1.232,00	(1,99)	0,41	1.511,00	22,65	0,57
Empréstimos e Financiamentos	13.728,00	100	5,29	13.177,00	(4,01)	4,74	12.100,00	(8,17)	4,02	16.888,00	39,57	6,41
Impostos e Contribuições	3.152,00	100	1,21	4.127,00	30,93	1,48	4.974,00	20,52	1,65	5.521,00	11,00	2,09
Outras Contas a Pagar	2.895,00	100	1,12	7.951,00	174,65	2,86	3.828,00	(51,86)	1,27	2.464,00	(35,63)	0,93
Déb. de Oper. Com Seguros e Resseguros	11.725,00	100	4,52	12.425,00	5,97	4,47	12.693,00	2,16	4,22	25.673,00	102,26	9,74
Prêmios a Restituir	497,00	100	0,19	553,00	11,27	0,20	29,00	(94,76)	0,01	196,00	575,86	0,07
Operações com Resseguradoras	4.699,00	100	1,81	5.363,00	14,13	1,93	9.847,00	83,61	3,27	22.200,00	125,45	8,42
Corretores de Seguros e Resseguros	6.366,00	100	2,45	6.500,00	2,10	2,34	2.807,00	(56,82)	0,93	3.180,00	13,29	1,21
Outros Débitos Operacionais	163,00	100	0,06	9,00	(94,48)	0,00	10,00	11,11	0,00	97,00	870,00	0,04
Depósito de Terceiros	131,00	100	0,05	440,00	235,88	0,16	1.154,00	162,27	0,38	87,00	(92,46)	0,03
Depósitos de Terceiros	131,00	100	0,05	440,00	235,88	0,16	1.154,00	162,27	0,38	87,00	(92,46)	0,03
Provisões Técnicas - Seguros	121.668,00	100	46,87	131.148,00	7,79	47,16	162.199,00	23,68	53,89	146.086,00	(9,93)	55,41
Danos	115.253,00	100	44,40	114.903,00	(0,30)	41,32	149.224,00	29,87	49,58	136.732,00	(8,37)	51,87
Pessoas	6.415,00	100	2,47	16.245,00	153,23	5,84	12.975,00	(20,13)	4,31	9.354,00	(27,91)	3,55
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	20.270,00	100	7,81	19.372,00	(4,43)	6,97	38.369,00	98,06	12,75	39.181,00	2,12	14,86
Contas a Pagar	17.760,00	100	6,84	16.407,00	(7,62)	5,90	35.269,00	114,96	11,72	37.588,00	6,58	14,26
Tributos Diferidos	10.369,00	100	3,99	11.581,00	11,69	4,16	12.837,00	10,85	4,27	19.426,00	51,33	7,37
Empréstimos e Financiamentos	7.356,00	100	2,83	4.800,00	(34,75)	1,73	22.418,00	367,04	7,45	18.145,00	(19,06)	6,88
Outras Contas a Pagar	35,00	100	0,01	26,00	(25,71)	0,01	14,00	(46,15)	0,00	17,00	21,43	0,01
Outros Débitos	2.510,00	100	0,97	2.965,00	18,13	1,07	3.100,00	4,55	1,03	1.593,00	(48,61)	0,60
Provisões Judiciais	2.510,00	100	0,97	2.965,00	18,13	1,07	3.100,00	4,55	1,03	1.593,00	(48,61)	0,60
Patrimônio Líquido	67.972,00	100	26,19	69.516,00	2,27	25,00	54.299,00	(21,89)	18,04	16.894,00	(68,89)	6,41
Capital Social	102.139,00	100	39,35	102.139,00	0,00	36,73	102.139,00	0,00	33,94	102.139,00	0,00	38,74
Reservas de Reavaliação	1.038,00	100	0,40	299,00	(71,19)	0,11	353,00	18,06	0,12	343,00	(2,83)	0,13
(-) Ajustes com Títulos e Val. Mobiliário	(1.809,00)	100	(0,70)	(2.312,00)	27,81	(0,83)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Prejuízos Acumulados	(33.396,00)	100	(12,87)	(30.610,00)	(8,34)	(11,01)	(48.193,00)	57,44	(16,01)	(85.588,00)	77,59	(32,47)

APÊNDICE B – ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL DA DRE

	DRE											
	2.010,00	AV	AH	2011	AV	AH	2012	AV	AH	2013	AV	AH
Prêmios Emitido Líquido	186.799,00	1,00	1,00	186.324,00	1,00	1,00	218.280,00	1,00	1,17	181.485,00	1,00	0,97
(+) Var. Prov. Técnicas de Prêmios	23.695,00	0,13	1,00	- 8.143,00	- 0,04	- 0,34	- 26.171,00	- 0,12	- 1,10	13.088,00	0,07	0,55
(=) Prêmios Ganhos	210.494,00	1,13	1,00	176.467,00	0,95	0,84	192.109,00	0,88	0,91	194.573,00	1,07	0,92
(+) Rec. com Emissão de Apólices	9.561,00	0,05	1,00	8.606,00	0,05	0,90	2.655,00	0,01	0,28	1.419,00	0,01	0,15
(-) Sinistros Ocorridos	151.793,00	0,81	1,00	130.280,00	0,70	0,86	130.953,00	0,60	0,86	134.586,00	0,74	0,89
(-) Custos de Aquisição	41.720,00	0,22	1,00	33.131,00	0,18	0,79	32.624,00	0,15	0,78	32.997,00	0,18	0,79
(=) Outras Rec. e Desp. Operacionais	13.304,00	0,07	1,00	17.310,00	0,09	1,30	2.549,00	0,01	0,19	8.288,00	0,05	0,62
(+) Outras Recietas Operacionais	11.228,00	0,06	1,00	12.699,00	0,07	1,13	21.158,00	0,10	1,88	20.981,00	0,12	1,87
(-) Outras Despesas Operacionais	24.532,00	0,13	1,00	30.009,00	0,16	1,22	23.707,00	0,11	0,97	29.269,00	0,16	1,19
(+) Resultado com Resseguro	15.375,00	0,08	1,00	23.787,00	0,13	1,55	12.948,00	0,06	0,84	456,00	0,00	0,03
(+) Receita com Resseguro	66.968,00	0,36	1,00	45.359,00	0,24	0,68	34.613,00	0,16	0,52	20.290,00	0,11	0,30
(-) Despesa com Resseguro	51.593,00	0,28	1,00	21.572,00	0,12	0,42	21.665,00	0,10	0,42	20.746,00	0,11	0,40
(-) Despesas Administrativas	24.943,00	0,13	1,00	26.411,00	0,14	1,06	30.403,00	0,14	1,22	39.501,00	0,22	1,58
(-) Despesas com Tributos	2.695,00	0,01	1,00	2.568,00	0,01	0,95	3.470,00	0,02	1,29	3.904,00	0,02	1,45
(+/-) Resultado Financeiro	417,00	0,00	1,00	- 5.300,00	- 0,03	- 12,71	- 8.143,00	- 0,04	- 19,53	2.821,00	0,02	6,76
(+/-) Resultado Patrimonial	40,00	0,00	1,00	- 43,00	- 0,00	- 1,08	- 136,00	- 0,00	- 3,40	185,00	- 0,00	- 4,63
(=) Resultado Operacional	1.432,00	0,01	1,00	- 6.183,00	- 0,03	- 4,32	- 566,00	- 0,00	- 0,40	- 21.104,00	- 0,12	- 14,74
(+/-) Ganhos ou Perdas com Ativos	- 7,00	- 0,00	1,00	10.159,00	0,05	- 1.451,29	2.924,00	0,01	- 417,71	4.170,00	0,02	- 595,71
(=) Resultado antes dos Impostos	1.425,00	0,01	1,00	3.976,00	0,02	2,79	2.358,00	0,01	1,65	- 16.934,00	- 0,09	- 11,88
(-) Imposto de Renda	- 374,00	- 0,00	1,00	- 1.131,00	- 0,01	3,02	- 490,00	- 0,00	1,31	-	-	-
(-) Contribuição Social	- 244,00	- 0,00	1,00	- 710,00	- 0,00	2,91	- 316,00	- 0,00	1,30	-	-	-
(-) Participações sobre o Resultado	- 341,00	- 0,00	1,00	- 288,00	- 0,00	0,84	- 348,00	- 0,00	1,02	- 348,00	- 0,00	1,02
(=) Lucro Líquido	466,00	0,00	1,00	1.847,00	0,01	3,96	1.204,00	0,01	2,58	- 17.282,00	- 0,10	- 37,09